



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

**RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NA ESCOLA MUNICIPAL SÃO CRISTÓVÃO, RECIFE-
PE: A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E A LEI 10639**

WOLLACE LUIZ VIEIRA

Recife- PE
Abril de 2025.

WOLLACE LUIZ VIEIRA

**RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NA ESCOLA MUNICIPAL SÃO CRISTÓVÃO, RECIFE-
PE: A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E A LEI 10639**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Geografia (Licenciatura) do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco como requisito do Título de Licenciado em Geografia. Orientadora Prof. Dr. Priscila Batista Vasconcelos.

Documento assinado digitalmente
 **PRISCILA BATISTA VASCONCELOS**
Data: 12/06/2025 10:51:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Recife-PE
Abril de 2025.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através
do programa de geração automática do SIB/UFPE

Vieira, Wollace Luiz .

RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NA ESCOLA MUNICIPAL SÃO
CRISTÓVÃO, RECIFE-PE: A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E A LEI
10639 / Wollace Luiz

Vieira. - Recife, 2025.

52 : il., tab.

Orientador(a): Priscila Batista Vasconcelos

Coorientador(a): Talitha Lucena Vasconcelos

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal
de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Geografia -
Licenciatura, 2025.

9.

Inclui referências.

1. Relações étnico raciais. 2. Ensino Básico. 3. Lei 10.639. 4. Antirracista.
I. Vasconcelos , Priscila Batista . (Orientação). II. Vasconcelos , Talitha
Lucena . (Coorientação). IV. Título.

370 CDD (22.ed.)

ATA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO –
TCC CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA -

NOME DO ESTUDANTE:	LICENCIATURA
Wollace Luiz Vieira	

TÍTULO DO TCC:
Residência Pedagógica na Escola Municipal São Cristóvão, Recife-PE: educação antirracista e a lei 10.639

BANCA EXAMINADORA

	NOME COMPLETO (Legível)	NOTA
Orientador(a)	Priscila Batista Vasconcelos	9,0
1º Avaliador(a)	Talitha Lucena de Vasconcelos	9,0
2º Avaliador(a)	Fredson Pereira da Silva	9,0

MÉDIA FINAL	9,0
--------------------	-----

ASSINATURAS

ORIENTADOR	1º AVALIADOR(A)	2º AVALIADOR(A)
<p>Documento assinado digitalmente</p>  <p>PRISCILA BATISTA VASCONCELOS Data: 04/04/2025 14:54:15-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br</p>	<p>Documento assinado digitalmente</p>  <p>TALITHA LUCENA DE VASCONCELOS Data: 15/04/2025 18:52:43-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br</p>	<p>Documento assinado digitalmente</p>  <p>FREDSON PEREIRA DA SILVA Data: 04/04/2025 16:36:53-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br</p>

Recife, 04 de abril de 2025.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela oportunidade em cursar esse curso que me fez refletir sobre o mundo e suas diversidades ao longo desses anos, fiz amizades que levarei para a vida e todo o aprendizado que absorvi. Agradeço a minha família por sempre acreditar em mim, minha mãe Adriana Abdias e meu pai Alexandre Luiz que me apoiaram desde o início da minha jornada.

Agradeço a Milka Lopes, por ser uma pessoa que me ajudou bastante no processo de escrita do TCC, os conselhos e sermões que me levaram a conseguir ter êxito no processo, levo cada conselho no coração.

Aos meus amigos de curso, que mesmo com a pandemia se mostraram ser resilientes e conseguiram passar por esse percalço comigo, em especial: João Vinicius, Joanna Vitória e os “Safos” grupo de amigos composto por: Breno Benjamim, João Manoel, Rodrigo Albuquerque, Higor Alves e Luiz Henrique, que entre salas de aula e trabalhos de campo se fizeram presentes comigo. Além dos meus amigos do Geni (Grupo de Pesquisa Sobre Geografias Negras e Indígenas).

Aos meus companheiros de Residência Pedagógica: Gerlane Gomes, Mateus Henrique, Maria Eduarda e Maria Carolina. E a preceptora Professora Janiara Lima, que foram importantes no processo para a elaboração da minha dissertação.

A minha orientadora, a Professora Dra. Priscila Vasconcelos sendo muito importante em todo o processo que me forneceu essa oportunidade. Agradeço por toda confiança, paciência e apoio, e por me proporcionar aprendizados a cada momento.

Aos membros da banca Professora Dra. Talitha Lucena Vasconcelos e Professor Dr. Fredson Pereira da Silva, por todas as considerações, críticas e elogios, que foram de grande importância para o aperfeiçoamento desta dissertação, e meu como pesquisador.

RESUMO

O presente trabalho busca entender e compreender a importância da Lei 10.639/2003 como uma ferramenta para a luta antirracista no ambiente escolar, a partir de uma análise acerca dos processos que levaram até a promulgação da lei. No entanto, a efetividade de fato da norma e como ela interveio desde sua publicação no ambiente colegial, modificando a forma de abordagem do ensino das relações étnico-raciais no ensino fundamental 2 anos final especificamente aos 7º anos e 8º na Escola Municipal São Cristóvão em Recife-PE. A partir de uma abordagem metodológica qualitativa, realizou-se pesquisas bibliográfica, documental, historiográfica e pesquisa-ação. Constatou-se, que apesar da implementação da lei existem problemas em sua aplicação e fiscalização da prescrição em intercalar a interdisciplinaridade aos conteúdos como estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – DCNS. Com a aplicação de uma sequência didática durante a Residência Pedagógica em meio ao dia da Consciência Negra foi estabelecido uma parte teórica e outra prática para a conscientização sobre as relações étnico-raciais.

Palavras chaves: Relações étnico-raciais, Ensino Básico, Lei 10.639, Antirracista.

ABSTRACT

This paper seeks to understand and comprehend the importance of Law 10.639/2003 as a tool for the anti-racist struggle in the school environment, based on an analysis of the processes that led to the enactment of the law. However, the effectiveness of the law and how it has intervened since its publication in the school environment, changing the way of approaching the teaching of ethnic-racial relations in elementary school from the final 2 years, specifically in the 7th and 8th grades of the São Cristóvão Municipality School in Recife-PE, is still unclear. Using a qualitative methodology approach, bibliographical, documentary, historiographical and action research research was carried out. It was found that, despite the implementation of the law, there are problems in its application and monitoring of the prescription of intercalating interdisciplinarity with the contents as established by the National Curricular Guidelines for Basic Education - DCNS. With the application of a didactic sequence during the Pedagogical Residency in the middle of Black Consciousness Day, a theoretical and a practical part were established to raise awareness about ethnic-racial relations.

Key words: Ethnic-racial relations, Basic Education, Law 10.639, Anti-racist.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BA - Bahia

BNCC - Base Nacional Curricular Comum

CNE - Conselho Nacional de Educação

CONAG - Comunidades Negras Rurais e Quilombolas

FNB - Frente Negra Brasileira

GENÍ - Grupo de Estudos sobre Geografias Negras e Indígenas

LDB - Lei de Diretrizes de Base

MNU - Movimento Negro Unificado (MNU)

MS - Mato Grosso do Sul

NCAB - Núcleo de Cultura Afro-brasileira

ONU - Organização das Nações Unidas

PCN'S - Parâmetros Curriculares Nacionais

PE - Pernambuco

PL - Projeto de Lei

RJ - Rio de Janeiro

RS - Rio Grande do Sul

TEN - Teatro Experimental do Negro

UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense

UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNEB - Universidade do Estado da Bahia

Tabelas e Figuras

Tabela 1 - Projetos de Lei com propostas para inserir nos currículos escolares o Ensino das Relações Étnico-raciais, História da África e da Cultura Afro-brasileira.

Tabela 2 - Objetivos e Habilidades da BNCC.

Figura 1 – Capa do livro didático Araribá mais História da editora Moderna.

Figura 2 - Segunda página do sumário do livro Araribá mais História.

Figura 3 - Terceira página do sumário do livro Araribá mais História.

Figura 4 - Quarta página do sumário do livro Araribá mais História.

Figura 5 - Quinta página do sumário do livro Araribá mais História.

Figura 6 - Capa do livro didático Araribá mais Geografia da editora Moderna.

Figura 7 - Primeira página do sumário do livro Araribá mais Geografia.

Figura 8 - Segunda página do sumário do livro Araribá mais Geografia.

Figura 9 - Terceira página do sumário do livro Araribá mais Geografia.

Figura 10 - Quarta página do sumário do livro Araribá mais Geografia.

Figura 11 - Capa da Cartilha: letramento racial.

Figura 12 - Expressões racistas ditas no cotidiano.

Figura 13 - Substituir as expressões racistas.

Figura 14 - Aprendendo letramento racial na prática.

SUMÁRIO

1. Introdução

2. Metodologia

3. Educação antirracista: o processo de ensino a partir da lei 10.639/2003

3.1 Os processos históricos e geográficos de formação da lei 10.639/2003

3.2 A lei como instrumento de formação para uma educação antirracista

4. Ensino e aprendizagem: A interdisciplinaridade da lei e aplicação

4.1 A lei 10.639/2003 como participante dos processos de ensino e aprendizagem de estudante do ensino fundamental II

4.2 A prática da lei 10.639/2003 nos anos intermediários dos anos fundamentais 2 na Escola Municipal São Cristóvão

5. A experiência da Residência Pedagógica como prática da lei 10.639/2003

5.1 As mudanças trazidas para o ensino e aprendizagem nas escolas com a lei 10.639/2003: ensino de Geografia

5.2 A educação antirracista como ferramenta primordial para a construção de uma nova sociedade

6. Considerações finais

7. Referências

1. INTRODUÇÃO

A Geografia abarca diversas áreas do conhecimento além de abranger diferentes investigações/estudos nas produções de suas análises socioespaciais como, por exemplo: geografia econômica, geografia cultural, biogeografia, geografia dos estudos étnicos raciais, etc. A multidisciplinariedade produzida e reproduzida pelas Ciências Geográficas é produto direto do seu desenvolvimento histórico desde as suas heranças francesa e alemã, como também por ser permissiva no que diz respeito às novas críticas trazidas a partir das transformações socioespaciais.

O século XX é historicamente evidenciado como marco para o desenvolvimento das Ciências Geográficas. E a segunda metade do século XX, com o desenvolvimento de novas pesquisas sociais, trouxe uma forma nova de pensar a Geografia e realizar análises sobre o “Homem e o Espaço”, a exemplo dos estudos sobre relações de gênero, sexualidade e raça que também se fundamentam como categoria na análise geográfica (Guimarães, 2022).

Garcia-Ramon (1989) indica que nas décadas de 1980 e 1990 do século XX, existiram transformações na produção e reprodução científica a respeito das questões teóricas e metodológicas nas Ciências Geográficas. Essas mudanças se desenvolveram a partir de novo público que passou a compor os cursos de Geografia (público jovem e de classe baixa), o que resultou em várias frentes de pesquisas como exemplo da geografia crítica, da geografia cidadã falada por Milton Santos, em que uma consiste nas Geografias Negras como mencionado por Guimarães (2020).

As Geografias Negras desenvolvendo-se a partir do século XXI, dos anos 2000 com a Geni Guimarães. Em que Guimarães inicia os estudos a respeito dessa ciência que a própria considera, como

Geografias Negras podem ser consideradas as abordagens que tenham a preocupação de trilhar seu próprio caminho dentro das teorias, dos pensamentos, assim como das formas de se produzir uma Geografia que não mais ignore ou apresente de forma negativa a população negra. (GUIMARÃES et al., 2020, pp. 47).

Dessa forma, é aparente que os estudos desenvolvidos a partir dos anos 2000 a respeito das Geografias Negras com direcionamentos Antirracistas contribuíram para fomentação da Lei nº 10.639/03, que remete ao estabelecimento de diretrizes e questões administrativas da educação nacional para a inclusão de temáticas ligadas à história do povo

Afrobrasileiro no currículo oficial da rede de ensino “História e Cultura Afro-Brasileira” (Brasil, 2003).

Os antecedentes a Lei nº 10.639, partindo do pressuposto em que sempre existiu luta e resistência dos escravizados e ao longo do tempo por conta dessa resistência conseguiram ser libertos através da lei Áurea, em teoria seria algo positivo, mas os ex-escravizados foram abandonados pelo poder público e no âmbito educacional ocorreu igualmente. Em meados da segunda metade do século XX, precisamente na década de 1980, surge o Movimento Negro Unificado e que tem o intuito de mudanças na sociedade atingindo a educação, e disciplinas com Geografia que já vinha com diversas linhas de pesquisa e adentrando no estudo das relações Étnicos raciais. Nesse trajeto houve a Lei nº 1.332/83 do deputado federal do Rio de Janeiro Abdias do Nascimento, que em 1983 foi aprovada de forma unânime, porém no ano de 1989 foi arquivada, assim prosseguiu a luta por uma lei que estabelecesse a inserção de um currículo escolar do Ensino das Relações Étnico-raciais, História da África e da Cultura Afro-brasileira. Ocorreram outras tentativas como dos deputados federal/RS e Estadual/PE Paulo Paim e Humberto Costa respectivamente, o último por duas vezes sem êxito. No intercalar entre os dois a senadora/RJ Benedita da Silva teve a sua proposta arquivada, mas através dos anos de 1999 a 2002 os deputados federais do MS e RS Bem Hur e Ester Grossi tiveram aprovação. Todavia, a lei 10.639 somente foi sancionada em 2003 pelo primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A partir da promulgação da lei 10.639/03, a questão Étnico-racial passou a ser obrigatória nas escolas acarretando em mudanças no ensino de algumas disciplinas como Literatura, História e Geografia, abordando a História da África e da Cultura Afro-brasileira. E no inciso 1º da Lei 10.639/2003 reza que,

O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. (Brasil, 2003).

Aplicação do inciso 1º realmente está servindo como uma ferramenta antirracista. O 2º inciso complementa de maneira contundente a obrigatoriedade deste conteúdo em todo currículo programático, a seguir o texto:

Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (Brasil, 2003).

Dessa forma, como estabelecido pela lei que isso faça os alunos tanto brancos quanto negros repensar o contexto histórico brasileiro, na questão do racismo que permeia a sociedade brasileira. Ademais, identificar quais mudanças trazidas e quais as efetivadas no ensino da constante educação antirracista.

Diante desse contexto, o principal objetivo do trabalho é analisar como a prática da Lei 10.639/2003 se construiu como ferramenta didática na educação escolar no desenvolvimento da Residência Pedagógica na Escola Municipal São Cristóvão, no ano de 2023.

2. METODOLOGIA

A partir de uma pesquisa qualitativa, em que diante da obrigatoriedade da lei 10.639/03, no qual fica estabelecido o ensino da História Afro-brasileira nas escolas públicas e particulares em todo território brasileiro. O tema abarca outras disciplinas além da História como: Literatura e Educação Artística e também a Geografia. Ao incorporar a questão Étnico-racial em suas grades de conteúdos abordados através da interdisciplinaridade, essas disciplinas ao fazerem o uso desse artifício cumprem com a obrigatoriedade da lei.

Desse modo, para a elaboração desta pesquisa dividiu-se em algumas partes que consistiu primeiro na produção da pesquisa Bibliográfica a partir da leitura de textos como Geo-grafias Negras & Geografias Negras, Racismo Estrutural, O genocídio do Negro no Brasil, que contribuíram para elaboração da pesquisa. Na segunda parte, foi feita uma busca por autores que trabalham com a questão racial no âmbito escolar, como a professora Nilma Lino Gomes, que acrescenta e enriquece as questões étnico-raciais, além disso, autores como Abdias Nascimento e Geni Guimarães, que contribuíram para a questão do negro na sociedade. O terceiro momento, do estudo consistiu em correlacionar essas duas frentes para chegar ao objetivo da utilização da lei como ferramenta de uma educação antirracista, que primeiramente foi uma visão história dos fatos e a outra entender o processo que consistiu até a promulgação da lei. No quarto ponto, a realização de uma pesquisa documental a partir de leis anteriores que contribuíram para a fomentação da Lei 10.639, analisando essas leis e como elas foram importantes para o que viria acontecer em 2003 (Lei nº 10.639), que vem para o recolhimento de relatos acerca de como a Lei nº 10.639 após a sua promulgação, e o efeito que a lei trouxe para o pensamento antirracista e ações em meio ao ambiente escolar. Na quinta parte, foi realizada uma pesquisa historiográfica a partir de acontecimentos históricos e culturais que buscaram colaborar com a interdisciplinaridade que abarca a BNCC

(Base Nacional Curricular Comum) O sexto momento, consistiu em uma análise do livro de História e Geografia do 8º ano, para mostrar como mesmo após mais de 20 anos da promulgação da lei, o conteúdo relacionado a História Africana e Afro-brasileira ainda é pouco abordado no livro didático. O sétimo momento pautou-se no desenvolvimento da análise crítica sobre experiência vivenciada em sala de aula no período da Residência Pedagógica, em que consistiu na aplicação de uma sequência didática para rever hábitos cotidianos que prejudicam o povo negro, sendo a crítica em forma de diálogo com os alunos. Sendo assim, a partir de recursos didáticos e a elaboração de uma cartilha a aula foi conduzida. Por fim, o propósito principal da ação foi a construção de uma conscientização para a questão racial que perpassa no cotidiano e uma frase ou uma expressão que remeta a um insulto às pessoas negras, sendo revertida para um termo sem a conotação racista.

3. A Educação antirracista: o processo de ensino a partir da lei 10.639/2003

3.1 Os processos históricos e geográficos na formação da lei 10.639/2003

Contar a história do Brasil, sem mencionar o processo de escravização dos povos Indígenas e os provindos de África, e de como esses mais de 300 anos para os negros no país, sendo essa uma página trágica na história da existência humana e da civilização. Em meio a isso, entra a educação que para Freire (1979) não pode mudar o mundo, mas mudar o indivíduo que por consequência muda o mundo. Mesmo com esse pensamento a história dos negros na educação no Brasil é bastante complicada por motivos diversos, sendo apenas visto como escravos e nada além disso e Correia discorre sobre isso:

O negro foi frequentemente associado na historiografia brasileira à condição social do escravo. A menção ao primeiro remete-se quase automaticamente à imagem do segundo. Negro e escravo foram vocábulos que assumiram conotações intercambiáveis, pois o primeiro equivalia a indivíduos sem autonomia e liberdade e o segundo correspondia – especialmente a partir do século XVIII – a indivíduo de cor. Para a historiografia tradicional, este binômio (negro-escravo) significa um ser economicamente ativo, mas submetido ao sistema escravista, no qual as possibilidades de tornar-se sujeito histórico, tanto no sentido coletivo como particular do termo, foram quase nulas. (CORREA, 2000, p. 87).

Além disso, o negro ainda foi privado de ter acesso a educação no período colonial e sendo apenas uma mão-de-obra para o trabalho na lavoura, um sistema de estamento¹ e Tobias refere-se assim ao período colonial.

O negro era o escravo e, para tal fim, chegou ele no Brasil. O jesuíta foi contra a escravidão, mas não pôde vencer a sociedade da Colônia e da

¹ estado ou condição em que alguém pode subsistir ou permanecer.

Metrópole que, na escravidão, baseavam sua lavoura e economia. Por isso, o negro jamais pôde ir a escola. Com dificuldade, conseguiam os missionários que, aos domingos, pudessem os escravos assistir à missa, rezada na capela dos engenhos ou em outro lugar. (TOBIAS, 1972, p. 97, grifo adicionado).

Na Colônia o sistema social não foi modificado e continuou, mesmo após a proclamação da independência em que Tobias, (1972, p. 97) fala “mesmo depois da proclamação da independência e mesmo com negros libertos, não lhes será, muitas vezes em mais de uma província, permitido frequentar escolas.” O Brasil foi dividido em províncias² e que hoje pode corresponder aos estados, sendo que algumas proibiram os negros de frequentar a escola segundo Tobias (1986) em que ele acrescenta as províncias do Rio Grande do Sul, Alagoas, Minas Gerais e Rio de Janeiro sendo os lugares com leis aprovadas que proibiram ou limitava o acesso de negros nas escolas. No Rio Grande do Sul com uma lei de 1837 em que fala que “são proibidos de frequentar as escolas públicas: 1º as pessoas que padecerem de moléstias contagiosas; 2º Os escravos e pretos ainda que sejam livres ou libertos.” (MOACYR, 1940, p. 431). Em Minas Gerais, a lei proibia a frequência de escravos nas escolas públicas e não de pretos livres, ou libertos, sendo aplicado a partir de 1835 em fala “somente as pessoas livres poderão frequentar as escolas públicas”. (MOACYR, 1940, p. 66). Em Alagoas, o relato é provindo do Presidente da Província que fala sobre a inconveniência de educar crianças libertas pela Lei do Ventre Livre³ com as demais, onde após a lei de 1871 o mesmo refere-se a dificuldade em incorporar nascidos livres no sistema educacional:

Prevejo as dificuldades da execução, porém será resultado considerável si, no primeiro ano, pelo menos, mil menores, 500 até 100 deles forem por este meio arrebatados a ignorância: com a sucessão dos tempos é de esperar que este preceito se transforme em costume – Esta medida deve alcançar os libertos e os filhos livres de mulher escravas, maiores de 7 e menores de 15 anos, nas escolas noturnas, abertas gratuitamente por alguns professores, como já autorizei ao diretor geral da instrução, que no seu relatório lembra a admissão dos mesmos nas aulas diurnas juntamente com meninos livres, o que, por certo, não me parece prudente. É para recear que a admissão de menores escravo nas escolas diurnas afugente dali os menores livres. (MOACYR, 1939, p. 604, grifo adicionado)

Embora o presidente da província de alagoas tenha oposição a incorporação de negros da escola, o mesmo não referiu-se a impossibilidade de negros frequentarem a escola, e sugeriu que crianças nascidas livres e libertos dirigi-se a escola no turno noturno para não por dificuldades para crianças do diurno, sendo correspondido a não negros.

² Cada uma das grandes divisões administrativa que, governadas por um presidente, que faziam parte do Brasil imperial.

³ Em linhas gerais, a lei definiu que os filhos de mulher escrava que nascessem no Império a partir da sua promulgação seriam considerados livres.

No Rio de Janeiro, existem relatos do Presidente da Província fala em 1836 sobre a possibilidade da criação de uma escola voltada para órfãos, inibindo o acesso de negro nelas como estudantes (Fonseca,2016). Após, a reforma do ensino no Rio de Janeiro em 1837 ocorreram contenção sobre os negros e africanos, porém, não atingindo negros no geral, em que (Moacyr, 1939, p. 194-195) fala “eram proibidos de frequentar a escola: os que sofressem de moléstias contagiosas e os escravos e os pretos africanos, ainda que livres e libertos”. Com os dizeres que se assemelha ao Rio Grande do Sul, onde mostra que no período descrito a educação no Brasil foi negligenciada ao povo negro e que criou uma defazagem que continuou na primeira Imperio, até chegar na lei 10.639/2003 o processo do negro na educação brasileira foi de resistencia e lutas.

Logo após a lei Áurea e, consecutivamente a proclamação da república trouxe consequências na sociedade brasileira tanto pelo fim da monarquia quanto pela libertação dos negros, que já estava ocorrendo de forma gradual com leis como a do Ventre Livre. Mas, a realidade social do país modificou-se pelo fato do fim da escravidão sendo a última nação a abolir, a forma que os negros foram deixados e abandonados pelo Estados refletiu-se em varias camadas da sociedade, como: questão habitacional, segurança, educação, etc. Além disso, teorias como a eugenista⁴ e por consequência inferiorizar o negro no Brasil aderiu a teorica com pensadores da epoca como Gilberto Freyre, que acreditavam neste conceito, ademais, o país passava por um processo de embranquecimento⁵ provindo de imigrantes europeus principalmente italianos e alemães.

Ao passar dos anos, a virada do século saindo do XIX para o XX, ficou evidente a precarização de serviços prestados pelo governo brasileiro aos negros e no ambito educacional não ocorreu de forma diferente e relatos da década de 1920, mostram que

(...) em termos de garantia e direitos pouco alterou a dos ex-escravizados e seus descendentes, não passará ilesos nem aos olhos de intelectuais que pensavam o Brasil, nem aos olhos dos próprios agora libertos. (Cunha et, 2010, p. 74).

E a educação pública, anteriormente na primeira década dos anos 1900 era destinada a classe elitista que consistia em filhos de fazendeiros, políticos e outros segmentos da alta aristocracia brasileira. Nas duas próximas décadas de 1920 e 1930 em Recife não há registro

⁴ Em tempos de expansão do imperialismo europeu e das ideologias nacionalistas, as teorias eugênicas consolidavam a crença na existência de raças superiores e inferiores e na possibilidade de empregar a ciência e a técnica para eliminar as imperfeições humanas e apressar o processo de evolução biológica das futuras gerações.

⁵ O livro “O genocidio do negro brasileiro: processo de um racismo macarado” de Abdias Nascimento.

de negros na escola pública como explícita e suas pesquisas Cunha et, 2010, p. 76. “Não, Sobre a população negra na escola pública dos anos 1920 e 1930 eu não encontrei nada” e em outro momento registro recomendam escolas confessionais⁶ como alternativa para o ensino de negros e orfãos.

3.2 A lei como instrumento de formação para uma educação antirracista

Em meio, a toda precarização da educação para o povo negro desde os primórdios do Brasil, ocorreram resistências nos períodos em que estavam em sendo escravizados ocorrem revoltas com apelo abolicionista com a Revolta dos Malés⁷ e pensadores abolicionistas, entre eles Joaquim Nabuco em Pernambuco, por intermédio dessas revoltas e apelo intelectual que culminou a libertação por via da lei Áurea. O fim da condição de escravizados não impôs de imediato uma reparação histórica pelo mais de 300 anos de escravização, a resistência continuou agora pelos direitos básicos que o Estado não oferecia de forma adequada aos libertos. Isto resultou em movimentos que alcançaram anos depois a lei 10.639/2002, em que a partir da década de 1920 com a fundação do jornal “O Clarim da Alvorada: o jornal da resistência”. No qual, dentro da sua história possui três fases sendo a primeira voltada para a questão abolicionista, lutas e acontecimentos e os desdobramentos referente à população negra segundo (Brasil, 2019). Em sua segunda fase que corresponde com o início em 1928, o jornal focou na questão racial sugerindo mobilização do povo negro a obtenção da cidadania integral de acordo com (Brasil, 2019). Na terceira fase o seu redator José Correia Leite discorre sobre a último estágio do jornal:

Depois de um longo silêncio, o porta-voz que marcou uma época nas indagações históricas, nas afirmações dos direitos e em todos os anseios de conquistas dos homens negros, surge hoje, uma edição do “Clarim da Alvorada”. Isto prova que das cinzas de velhos ideais, ainda brilham as pequenas brasas da esperança. (LEITE, “O Clarim da Alvorada”, 28 de setembro de 1940, p.1).

O jornal teve uma importância inicial pós abolição de informar a população negra e ser um meio de reunir os negros em suas reivindicações como cidadãos.

Na primeira metade do século XX, contou com a criação da Frente Negra Brasileira (FNB) sendo a primeira organização negra do país que reivindicava demandas contra o racismo a partir da presença política e debates nacionais (Gomes, 2011). Além disso, em o centro

⁶ Esse tipo de escola professa, por via de regra, uma doutrina ou um princípio filosófico a ser seguido e que se dissemina em suas práticas cotidianas e em seu próprio marketing perante a sociedade.

⁷

cultural afro-brasileiro e frente negra pernambucana em que Lima fala

(...) “Era o ano de 1937, numa rua do Bairro de São José, cinco rapazes, desconhecidos, sem nome sem bafejo de ninguém, em volta de uma mesa forrada com uma toalha branca, fundaram a Frente Negra Pernambucana, co-irmã da Frente Negra Pelotense, com a presença entre nós de Miguel Barros, pintor Gaúcho, conhecido por Barros, o mulato. (LIMA, 1979).

O movimento defendeu a instrução da infância negra e a entrada de negros em instituições educacionais de forma gratuita (Silva, 2007). Ademais, na primeira metade do século XX aconteceu a criação do teatro experimental do negro (TEN) que para Nascimento (2004, p. 211) “A um só tempo o TEN alfabetizava seus primeiros participantes, recrutados entre operários, empregados domésticos, favela sem profissão definida, modestos funcionários públicos – e oferecia-lhes uma nova atitude, um critério próprio que os habilitava também a ver, enxergar o espaço que ocupava o grupo afro-brasileiro no contexto nacional”. Com o intuito de valorização social do negro e da cultura afro-brasileira por meio da educação e arte (Brasil, 2016). No período descrito, são os passos iniciais para a construção do pensamento que irá culminar na lei, sendo um processo de luta e resistência que continua na segunda metade do século XX.

Em meados dos anos 1950 dois momentos marcou na a luta antirraista em que o primeiro consistiu em um projeto da UNESCO - Pesquisa sobre relações raciais no Brasil, onde tinha por propósito pesquisas sociológicas com o intuito de levar luz a características da relações raciais no país, sendo que a este programa estava em consonância com a agenda educativa da UNESCO no pós guerra⁸ que iniciou debates sobre raças e cultura. Outrossim, o segundo momento resultou na lei Afonso Arinos - sendo a primeira norma antirracista do Brasil, tornando-se contravenção penal por discriminação racial, de fato a lei com propósito em que incluía a discriminação racial no código penal brasileiro.

Nos anos 1970 ocorreu diversos movimentos de resistência e que teve o foco na cultura afro-brasileira como: a fundação do grupo cultural Palmares; criação do núcleo de cultura afro-brasileira (NCAB); fundação do bloco afro Ilê Aiyê; fundação do bloco afro Olodum. Em meio isto ocorre a fundação do movimento negro unificado (MNU) principal organização brasileira da luta e defesa dos direitos da população negra no Brasil. Inicialmente, a fundação do grupo cultural Palmares constituiu-se como subversiva por colocar em check o status quo, questionando o lugar social do negro, em meio a ditadura civil militar, sendo um movimento

⁸ Referente a Segunda Guerra Mundial, iniciada em 1939 sendo finalizada em 1945.

social ter o questionamento político dos projetos militares de integração e consolidação da cultura e identidade nacional. O núcleo de cultura afro-brasileira, com início em Salvador/BA é uma entidade abertamente contra o mito da democracia racial⁹ e estabelece uma leitura menos acadêmica sobre a herança africana. Além do mais, o período também resultou no primeiro bloco afro do Brasil, o Ilê Aiyê que na época firmando-se em protesto ao racismo difundindo um sistema positivo de representação do negro e enaltecendo as raízes africanas da cultura nacional. Ademais, ainda em Salvador/BA surge o bloco Olodum sendo uma referência musical e desenvolvimento de trabalhos sociais, aliás defendem a luta para assegurar os direitos civis e humanos das pessoas marginalizadas que em sua grande maioria são negras tanto pelo processo histórico do país quanto pelo racismo impregnado na sociedade brasileira.

O movimento negro unificado que para (Domingues, 2007) corresponde como uma identidade étnico-racial em que a raça é o fator que define a organização dos negro, seguindo do conceito de Santos (1994) sobre as características do movimento que abrange a mobilização política, educacional, cultural e religiosa. Partindo desses conceitos o movimento foi um marco para a luta antirracista, mas pelos direitos civis e humanos por situações que o Brasil e alguns países da América do Sul enfrentavam com as ditaduras neste período que infligia os direitos humanos com tortura e perseruição. Mas, principalmente no Brasil lugar de atuação do MNU, o movimento foi solícito em diversas camadas sendo elas de caráter básico da população negra e um em especial a educação que por muito tempo foi precarizada para os negros, sendo assim Carlos Hasenbalg resalta o nascimento do MNU e sua importância.

O movimento negro contemporâneo ressurge a partir de meados da década de 70, nos finais de um período acentuadamente autoritário da vida política brasileira. Como o dos movimentos sociais que afloram na mesma época, seu discurso é radical e contestador. O renascimento do movimento tem sido associado à formação de um segmento ascendente e educado da população negra que, por motivos raciais, sentiu bloqueado o seu projeto de mobilidade social. (Hasenbalg 1984, p.148-149).

Além disso, Cardoso (2002) em que expressa sobre o movimento negro sendo uma emergência política social brasileira significando um contraponto em relação a realidade vivenciada no Brasil, mas essa ideia não se propaga para a escola, sendo um local essencial na reflexão crítica e social do contexto brasileiro. Ademais, o movimento requer da escola

⁹ O mito da democracia racial refere-se a um estado de plena igualdade entre os cidadãos, sem distinção de raça, sexo ou etnia. A origem do conceito está ligada a uma narrativa que ganhou força na década de 1930, de que o Brasil encontrava uma solução para o racismo na miscigenação.

uma pedagogia com objetivo de admitir a diversidade cultural (Gomes, 2019).

Entrando na década de 1990, em três momentos ocorreu um movimento de resistência na luta antirracista, e de apelo da população no primeiro caso a realização da Marcha Zumbi dos Palmeres contra o racismo, pela cidadania e a vida, propagando-se em Brasília/DF reunindo mais de 20 mil pessoas somando-se ao evento apoio de diversas organizações de esquerda (). Resultando-se no Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial sendo entregue ao então presidente da época Fernando Henrique Cardoso. Portanto, o documento reivindicava uma colocação do governo brasileiro na superação do racismo. Ainda na mesma década, houveram a criação do Grupo de Trabalho Interministerial de Violência da População Negra ligado ao ministério da Justiça. A outra criação foi a coordenação nacional de circulação das comunidades negras rurais e quilombolas (CONAQ), Sendo, essas duas criações vinculadas dentro do governo tornando mesmo que de forma mínima o Estado atuante pela busca de uma sociedade igualitária, porém, falhando na fiscalização do cotidiano sobre o racismo.

No século XXI, as pautas e desejo da comunidade negra não diminuiu e a vontade de querer uma sociedade igualitária continuou com a III conferência mundial de combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, promovida pela ONU na cidade de Durban Africado Sul Na ocasião, foram estabelecidas a Declaração e Programa de Ação de Durban, documentos que instituem a ação da comunidade internacional para combater o racismo. Em meio a isso, as Universidades públicas davam os primeiros passos no caminho da reparação histórica com a cotas raciais no ensino superior, sendo elas: UNEB, UERJ e UENF. A cronologia dos fatos que contribuíram para a promulgação da lei 10.639/2003, passou também pelo congresso nacional e a luta por uma educação que incluía a história afro-brasileira em seu currículo, sendo exemplificado na tabela 1, os anos que levaram a efetivação de fato da lei que estabelece o conhecimento da história do país e de como os negros tiveram uma importância imensurável nesse trajeto.

Tabela 1-Projetos de Lei com propostas para inserir nos currículos escolares o Ensino das Relações Étnico-raciais, História da África e da Cultura Afro-brasileira

ANO	PODERES: Legislativo e executivo	PROJETO LEI/PL	RESULTADO
1983/86	Abdias do nascimento-Deputado Federal/RJ	1.332/83	Aprovado de forma unânime. Arquivado em 1989.
1987/90	Paulo Paim- Deputado federal/RS	---	Não Aprovado e Arquivado.
1993	Humberto Costa-Deputado Estadual/PE	---	Vetado por ser considerado inconstitucional.
1995/98	Benedita da Silva-Senadora/RJ	18/95	Não aprovado e Arquivado.
1995/98	Humberto Costa-Deputado Estadual/PE	859/85	Aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Desporto, em 1997.
1999/2002	Bem Hur- Deputado federal/MS e Ester Grossi-Deputada Federal/RS	259/99	Aprovado. No PL constava "originalmente" projeto de Humberto Costa/PE.
2003	Executivo Federal	10.639/03	Sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Fonte: ROCHA; SILVA, 2013.

Nota: Pesquisa baseada em informações dos seguintes autores: Santos (2009, p. 151); Moraes (2009, p. 74); Batista (2010, p. 313).

Como explicitado anteriormente, a lei antes da sua promulgação passou por vários processos que inclui movimentos artísticos e sociais, além disso, para suprir a falta de uma política voltada para carência nas escolas em direção a população negra e sua historicidade que era abordado de forma rasa, o congresso nacional também teve sua atuação para que ocorresse a inclusão da história afro-brasileira no currículo escolar. Essa política como ilustrado na tabela acima, começou a ganhar força na década de 1980 muito impulsionado pelo atuação do MNU, com o deputado federal Abdias Nascimento, que de princípio o projeto de lei (PL) aprovado, porém, arquivado 6 anos após suas aprovação em seguida mais 3 tentativas sem sucesso leis elaborada respectivamente por: Paulo Paim- Deputado federal/RS, Humberto Costa-Deputado Estadual/PE e Benedita da Silva Senadora/RJ. Posteriormente, duas aprovações aconteceram nos anos de 1985 com a PL 859/85 do deputado pernambucano Humberto Costa sendo aprovado pela comissão de Educação, Cultura e Desporto em que foi deferido em 1997, dois anos após os deputados federais Bem Hur- Deputa/MS e Ester Grossi/RS com a PL 259/99 tiveram êxito, mas o PL constava "originalmente" projeto de Humberto Costa/PE. Portanto, a lei teve sua promulgação em

2003 e após sua promulgação a questão principal a fiscalização e efetivação de fato da lei que corrobora para o entendimento da história negra no Brasil omitida durante séculos.

4. O Ensino e a aprendizagem: A interdisciplinaridade da lei e aplicação

4.1 As mudanças trazidas para o ensino e aprendizagem nas escolas com a lei 10.639/2003

Diante do cenário pós promulgação da lei, os desafios para a implementação de fato são grandes e essa problemática não afeta apenas o ensino de História, Literatura e Educação Artística, como está prescrito no primeiro inciso da lei, mas toca outras disciplinas como Biologia, Educação Física, Filosofia e Geografia. Sob esse viés, a lei contou ainda com uma ampliação no ano seguinte com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e História e Cultura Africana e Afro Brasileira promovida pelo Conselho Nacional de Educação tendo por intuito orientar práticas efetivas no contexto da diversidade e das relações etnicorraciais, dentro do processo educativo em todos os níveis de ensino (BRASIL, 2004). A concretização da lei enfrenta dificuldades muito provocadas pela influência eurocêntrica no ensino brasileiro como elucida Caetano at.

Mas, ao mesmo tempo, vimos esses mesmos docentes ensinando sobre a formação do mundo contemporâneo a partir da tradicional sequência de fatos históricos centrados na Europa (grandes navegações e “descobrimientos”, colonização e tráfico, revolução industrial, etc.), sem uma problematização sobre o eurocentrismo imanente a esta narrativa. (Caetano at, 2011. p. 20).

Além disso, o sistema escravista se perpetua no ensino de forma diferentes dado que mecanismo sociais impregnado historicamente sendo o mito da democracia racial, o ideal de branqueamento, a política neoliberal e a pós-Modernidade descrito por Caetano at. (2011) em que coloca esses pontos contribuintes para diversidade na implementação da lei e que coopera para a continuidade do mesmo. A sustentação desse sistema se prolonga para os livros didáticos onde descrevem os pontos histórico a partir de uma origem eurocêntrica em que Dos Santos explicita que

Livros didáticos de Geografia apresentam narrativas sobre a África que se iniciam pelo quadro natural e, em seguida, para falar dos processos históricos do continente africano, passam diretamente ao século XVI com a construção das rotas de comércio Europa Oriente e o tráfico negreiro. Daí, novo salto é dado até o estabelecimento de administrações coloniais europeias na África, no século XIX, seguido da descolonização no século XX e algumas realidades atuais sempre socialmente catastróficas. (Dos Santos, 2010, p. 152).

Nessa mesma lógica, o autor ainda ressalta a questão brasileira da abordagem do livro

ao retratar o sul do país sempre mostram a arquitetura europeia e oculta as influências indígenas e negras no processo de paisagem do território nacional.

Adentrando a uma análise acerca do livro didático, é inegável a importância do livro para o ensino, sendo ele uma ferramenta crucial na elaboração de aulas e tornando-se um guia para os professores. Embora, seja de tanta relevância os avanços em relação a temática das relações étnico-raciais é algo novo e que ainda carece de atenção, sendo a implementação da lei 10.639/03 decisiva para essa virada de chave. Antecedente a lei, o desenvolvimento sobre o conteúdo composto nos livros e como retrata o povo negro é algo a ser analisado e averiguar o que está posto que remetem a cultura afro-brasileira.

Inicialmente, o negro foi colocado em um lugar subalterno e ao longo do tempo, e a retratação disso refletiu no ensino, e conseqüentemente descrito em livros didáticos que constavam alusões discriminatórias contra o povo negro e sendo ausentes em imagens ou eram desfavorecidos na relação com o homem branco como exposto por Rosemberg, Bazilli e Silva (2003). Seguindo o mesmo pensamento, Russo (2012) adianta o dialogo para a ressignificação do negro dentro da história do Brasil e de como sua imagem é colocada aos relatar a história do país, além disso, Silva (2013), em suas produções, nos diz que os livros didáticos escondem a discriminação a partir dos seus conteúdos, acarretando assim na exploração e a desvalorização da população negra. Apresentando os negros como desvalorizados de forma implícita em imagens e em textos. E os autores Rosemberg, Bazilli e Silva (2003) falam que o maior desafio em se tratando de livros didáticos no Brasil é que ainda se verifica a permanência de estereótipos, preconceitos e silenciamento da história, da cultura dos personagens negros.

Diante dos fatos expostos pelos autores, cabe uma análise sobre os livros que competem ao ensino fundamental II da disciplina de história e entender como os conteúdos que remetem ao povo negro é retratado no exemplar após lei 10.639/03. Seguindo a BNCC, que em seus objetivos e habilidades trás a organização dos conteúdos abordado durante os semestres e unidades, desta forma, um destaque para os pontos em que trazem a participação negra na sociedade brasileira, sendo através da tabela 2 que evidencia os objetivos e habilidade que remetem ao povo negro.

Tabela 2 - Objetivos e Habilidades da BNCC.

Objetos de conhecimento (BNCC)	Habilidades (BNCC)
A tutela da população indígena, a escravidão dos negros e a tutela dos egressos da escravidão	EF08HI14: Discutir a noção da tutela dos grupos indígenas e a participação dos negros na sociedade brasileira do final do período colonial, identificando permanências na forma de preconceitos, estereótipos e violências sobre as populações indígenas e negras no Brasil e nas Américas
Os caminhos até a independência do Brasil	EF08HI11: Identificar e explicar os protagonismos e a atuação de diferentes grupos sociais e étnicos nas lutas de independência no Brasil, na América espanhola e no Haiti.
O escravismo no Brasil do século XIX: plantations e revoltas de escravizados, abolicionismo e políticas migratórias no Brasil Imperial	EF08HI20: Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas

Fonte: Autor.

Além disso, através do sumário do livro da coleção Araribá mais história da editora Moderna que compreendem entre os anos de 2020 a 2023 do ensino fundamental II compreendendo o 8º ano, durante a pesquisa não foi encontrado livros antes da promulgação da lei para fazer o comparativo, sendo utilizado os autores supracitados como fonte da ausência e desvalorização da população negra nos livros, então, as figuras 1, 2, 3, 4 e 5 mostram como após 18 anos é relacionado aos conteúdos o negro e a cultura afro-brasileira.

Figura 1 – Capa do livro didático Araribá mais História da editora Moderna.



Fonte: Prints Screen livro didático Araribá mais História da editora Moderna.

Figura 2 - Segunda página do sumário do livro Araribá mais História.

sumário

UNIDADE I – REVOLUÇÕES NA INGLATERRA

CAPÍTULO 1 – As revoluções políticas

OS MONARCAS ABSOLUTISTAS	13
A REVOLUÇÃO PURITANA	14
A república de Cromwell	15
A REVOLUÇÃO GLORIOSA	16
Documento – A Declaração de Direitos	17
AS MUDANÇAS NA INGLATERRA LIBERAL	18
A modernização da agricultura	18
Abundância de carvão e ferro	19
Atividades	20

CAPÍTULO 2 – A Revolução Industrial e as mudanças na sociedade

DO ARTESANATO À MAQUINOFATURA	22
A mecanização da indústria	23
UMA NOVA SOCIEDADE	24
O TRABALHADOR NO SISTEMA INDUSTRIAL	25
OS IMPACTOS AMBIENTAIS DA INDUSTRIALIZAÇÃO	26
As agressões ao meio ambiente persistem	27
A ORGANIZAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA	30
A hora dos sindicatos	31
Documento – O trabalho das crianças	32
Atividades	33

CAPÍTULO 3 – Os impactos da Revolução Industrial

CIRCULAÇÃO DE POVOS, MERCADORIAS E CULTURAS	35
As ferrovias	35
Navios a vapor	36
Telégrafo	36
Circulação de pessoas	37



Integrar conhecimentos: História e Geografia – A Revolução Industrial e o espaço geográfico	38
Atividades	39
Ser no mundo – Importando costumes	40

UNIDADE II – O ILUMINISMO, A INDEPENDÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS E A REVOLUÇÃO FRANCESA

CAPÍTULO 4 – O Iluminismo e a independência dos Estados Unidos

O PENSAMENTO ILUMINISTA	45
Os filósofos das Luzes	46
Documento – A divisão de poderes	47
O liberalismo econômico	48
Luzes na educação	49
Literatura iluminista	50
O despotismo esclarecido	51
ESTADOS UNIDOS: INDEPENDÊNCIA	52
Os colonos reagem	53
A Declaração de Independência	54
Atividades	55

CAPÍTULO 5 – A Revolução Francesa

AS VÉSPERAS DA REVOLUÇÃO	57
A convocação dos Estados Gerais	58
O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO	59
A monarquia constitucional	59
Nasce a república francesa	60
A Convenção Nacional e os grupos políticos	61
Os rumos da revolução	62
O Terror	63
À caminho do fim	64
Palavras da revolução	65
Símbolos da revolução	65
Em debate – As mulheres-soldados	66
O COTIDIANO NA FRANÇA REVOLUCIONÁRIA	68
A família francesa	68
As mulheres na França revolucionária	69
ALGUMAS HERANÇAS DA REVOLUÇÃO	70

Integrar conhecimentos: História e Arte – A arte da revolução	71
Atividades	72

Para refletir – Quais são as heranças do Iluminismo e do liberalismo no mundo de hoje?	74
--	----

Fonte: Prints Screen livro didático Araribá mais História da editora Moderna.

Figura 3 - Terceira página do sumário do livro Araribá mais História.

UNIDADE III – A ERA DE NAPOLEÃO E AS INDEPENDÊNCIAS NA AMÉRICA	76	CAPÍTULO 9 – Brasil independente	113
CAPÍTULO 6 – O Império Napoleônico e a Revolução de São Domingo	78	A VINDA DA FAMÍLIA REAL PARA O BRASIL	114
NAPOLEÃO CHEGA AO PODER	79	Em terras brasileiras	115
Documento – Representações de Napoleão	80	Uma nova dignidade ao Brasil	117
O IMPÉRIO NAPOLEÔNICO	82	A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817	118
Batalhas no continente europeu	83	A VOLTA DE D. JOÃO VI A PORTUGAL	119
O governo dos cem dias	84	A PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA	120
A INDEPENDÊNCIA DO HAITI	85	Atividades	122
O levante dos jacobinos negros	86	CAPÍTULO 10 – O Primeiro Reinado	123
Em debate – Como explicar o Haiti?	87	NEM TODOS QUERIAM A INDEPENDÊNCIA	124
Atividades	88	A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1823	125
CAPÍTULO 7 – Independências na América espanhola	89	A CONSTITUIÇÃO DE 1824	126
AGITAÇÃO POLÍTICA NAS COLÔNIAS	90	AS DISPUTAS POLÍTICAS NO PRIMEIRO REINADO	127
Independência no México	91	Conflitos entre as elites	127
As independências na América Central	92	A formação do Estado nacional	128
As independências na América do Sul	93	NOVA REVOLTA EM PERNAMBUCO	129
PROJETOS PARA O FUTURO	94	A CRISE ECONÔMICA E POLÍTICA	130
E depois da independência?	95	A abdicação de D. Pedro I	130
INDÍGENAS E AFRICANOS NA AMÉRICA INDEPENDENTE	96	Atividades	131
Os africanos na América independente	97	Para refletir – A política indigenista brasileira do século XIX, após a independência, respeitava os costumes e as tradições dos povos indígenas?	132
Lugar e cultura – Ser negro no Uruguai: cultura e preconceito	98		
Atividades	99		
Ser no mundo – O Dia da Bandeira no Haiti	100		
UNIDADE IV – A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E O PRIMEIRO REINADO	102		
CAPÍTULO 8 – A crise do sistema colonial no Brasil	104		
A CRISE PORTUGUESA SE APROFUNDA	105		
TENTATIVAS DE SUPERACÃO DA CRISE	106		
A CONJURAÇÃO MINEIRA	107		
A revolta que não se concretizou	108		
Em debate – Tiradentes: a construção de um mito	109		
A CONJURAÇÃO BAIANA	110		
Documento – Boletins sediciosos da Conjuração Baiana	111		
Atividades	112		



Fonte: Prints Screen livro didático Araribá mais História da editora Moderna.

Figura 4 - Quarta página do sumário do livro Araribá mais História.

UNIDADE V – REVOLUÇÕES E NOVAS TEORIAS POLÍTICAS DO SÉCULO XIX	134	A BELLE ÉPOQUE	168
CAPÍTULO 11 – Revoluções e unificações na Europa	136	A arte de vanguarda	169
REVOLUÇÕES LIBERAIS DO SÉCULO XIX	137	O nascimento da sétima arte	171
O século das revoluções	137	Atividades	173
Lugar e cultura – O Romantismo e a revolução	138	CAPÍTULO 14 – O capital financeiro e a expansão imperialista na África, na Índia e na China	174
A UNIFICAÇÃO DA ITÁLIA	141	A ERA DO CAPITAL FINANCEIRO	175
De norte a sul da península	141	A EXPANSÃO IMPERIALISTA NA ÁFRICA	176
A FORMAÇÃO DA ALEMANHA	142	Características da colonização na África	176
Guerra pela unificação	143	O império colonial britânico na África	177
Atividades	144	Os franceses na África	178
CAPÍTULO 12 – A Europa industrial e os trabalhadores	145	Portugueses, belgas e alemães	179
A EXPANSÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO NA EUROPA	146	A resistência africana à dominação imperialista	182
A VALORIZAÇÃO DO MUNDO TÉCNICO-CIENTÍFICO	147	Em debate – A resistência organizada pelos povos africanos	184
A primeira exposição universal	147	O DOMÍNIO IMPERIALISTA NA ÍNDIA E NA CHINA	185
Algumas teorias científicas do século XIX	148	A expansão imperialista na China	186
Darwinismo social	149	Lugar e cultura – Os samurais e a aproximação do Japão ao Ocidente	187
Lugar e cultura – A arte realista	150	Atividades	189
NOVAS TEORIAS POLÍTICAS	151	Para refletir – Quais são as relações entre o imperialismo e o empobrecimento da África atual?	190
O socialismo de Marx e Engels	152		
O que é anarquismo?	153		
A COMUNA DE PARIS	155		
Atividades	156		
Ser no mundo – O cotidiano do trabalho nas tirinhas	158		
UNIDADE VI – A ERA DO IMPERIALISMO	160		
CAPÍTULO 13 – A Segunda Revolução Industrial	162		
O MUNDO SE TRANSFORMA	163		
As potências mundiais se modernizam	164		
O TRABALHO E A VIDA NAS CIDADES INDUSTRIAIS	165		
A pobreza nas grandes cidades	166		
A transformação dos centros urbanos	167		



Fonte: Prints Screen livro didático Araribá mais história da editora Moderna.

Figura 5 - Quinta página do sumário do livro Araribá mais História.

UNIDADE VII – BRASIL: DA REGÊNCIA AO SEGUNDO REINADO	192	Atividades	227
CAPÍTULO 15 – O período regencial (1831-1840)	194	Ser no mundo – A construção da identidade nacional no Brasil: cultura popular e erudita	228
AS REGÊNCIAS	195	UNIDADE VIII – A EXPANSÃO DOS ESTADOS UNIDOS NO SÉCULO XIX	230
A Regência Una	196	CAPÍTULO 18 – A expansão para o oeste e a Guerra de Secessão	232
AS REVOLTAS REGENCIAIS	197	A FORMAÇÃO DE UM PAÍS	233
A Sabinada (Bahia, 1837)	197	Território e identidade	234
A Revolta dos Malês (Salvador, 1835)	198	Expulsão dos antigos donos	234
A Balaiada (Maranhão, 1838-1841)	199	Integrar conhecimentos: História e Geografia –	
A Cabanagem (Grão-Pará, 1835-1840)	200	A retração dos territórios indígenas	235
As Rusgas Cuiabanas (Mato Grosso, 1834)	200	A Guerra de Secessão	236
A Guerra dos Farrapos (Rio Grande do Sul, 1835-1845)	201	A caminho da guerra civil	237
Em debate – Os lanceiros negros na Revolução Farroupilha	202	A “casa” dividida	238
Atividades	203	Segregação racial	239
CAPÍTULO 16 – O Segundo Reinado	204	Documento – A fotografia de guerra	240
AS FORÇAS POLÍTICAS	205	Atividades	241
O “parlamentarismo à brasileira”	206	CAPÍTULO 19 – Crescimento econômico e imperialismo	242
A “PRIMAVERA DOS POVOS” NO BRASIL	207	O CRESCIMENTO ECONÔMICO ESTADUNIDENSE	243
A GUERRA DO PARAGUAI (1864-1870)	208	A “terra da liberdade e das oportunidades”	244
Resultados do conflito	209	Lugar e cultura – Imigrantes nos Estados Unidos	245
Em debate – Versões da Guerra do Paraguai	210	Urbanização acelerada	246
A EXPANSÃO CAFEIEIRA NO SEGUNDO REINADO	212	A RELAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS COM OS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA	247
A caminho do Oeste Paulista	213	A política do Big Stick	248
Outras atividades econômicas durante o Segundo Reinado	214	O caso cubano	249
Atividades	215	O canal do Panamá	250
CAPÍTULO 17 – O fim da escravidão no Brasil	216	Atividades	251
A PRESSÃO CONTRA O TRÁFICO	217	Para refletir – Por que o problema da imigração é tão sério e complexo no mundo contemporâneo?	252
A EXTINÇÃO DO TRÁFICO DE ESCRAVOS	218	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	254
Os efeitos do fim do tráfico	218		
ABOLIÇÃO LENTA E GRADUAL	219		
Antes e depois da abolição	220		
LEI DE TERRAS	221		
Em debate – Vozes negras	222		
OS IMIGRANTES NO BRASIL	224		
Políticas de imigração	225		
Lugar e cultura – As mulheres no Brasil do século XIX	226		



Fonte: Prints Screen livro didático Araribá mais História da editora Moderna.

Ao analisar os conteúdos abordados, nota-se sempre a presença da influência portuguesa no Brasil, mesmo com sendo regido conforme a BNCC o sumário do livro apresenta poucas referências em relação ao povo negro, sem constar as resistências que ocorrem e trazendo uma visão eufetizada da história do Brasil, os pontos a destacar são o 7º capítulo no qual aborda “E depois da independência?” Acompanhado de como os povos indígenas e negros na América independente. Novamente, quando aborda um conteúdo que abarque o povo negro é apenas no 17º capítulo onde trata do fim da escravidão, mesmo pós lei 10.639/03 o ensino das relações étnico-raciais são escassos e muito em decorrência da

pouca fiscalização por parte das autoridades competentes.

Ao todo, nos 19 capítulos que constam no livro não evidenciam de forma mais abrupta a História Africana e Afro-brasileira, e sim uma forma rasa de mencionar as contribuições africanas na história, isso revela uma carência e uma má fiscalização dos conteúdos distribuídos no livro e a falta de trazer os conhecimentos e costumes afro-brasileiros evidencia que mesmo com os avanços ainda existe muito chão para a caminhada antirracista.

4.2 A lei 10.639/2003 como participante dos processos de ensino e aprendizagem dos alunos na Escola Municipal São Cristóvão: ensino de Geografia

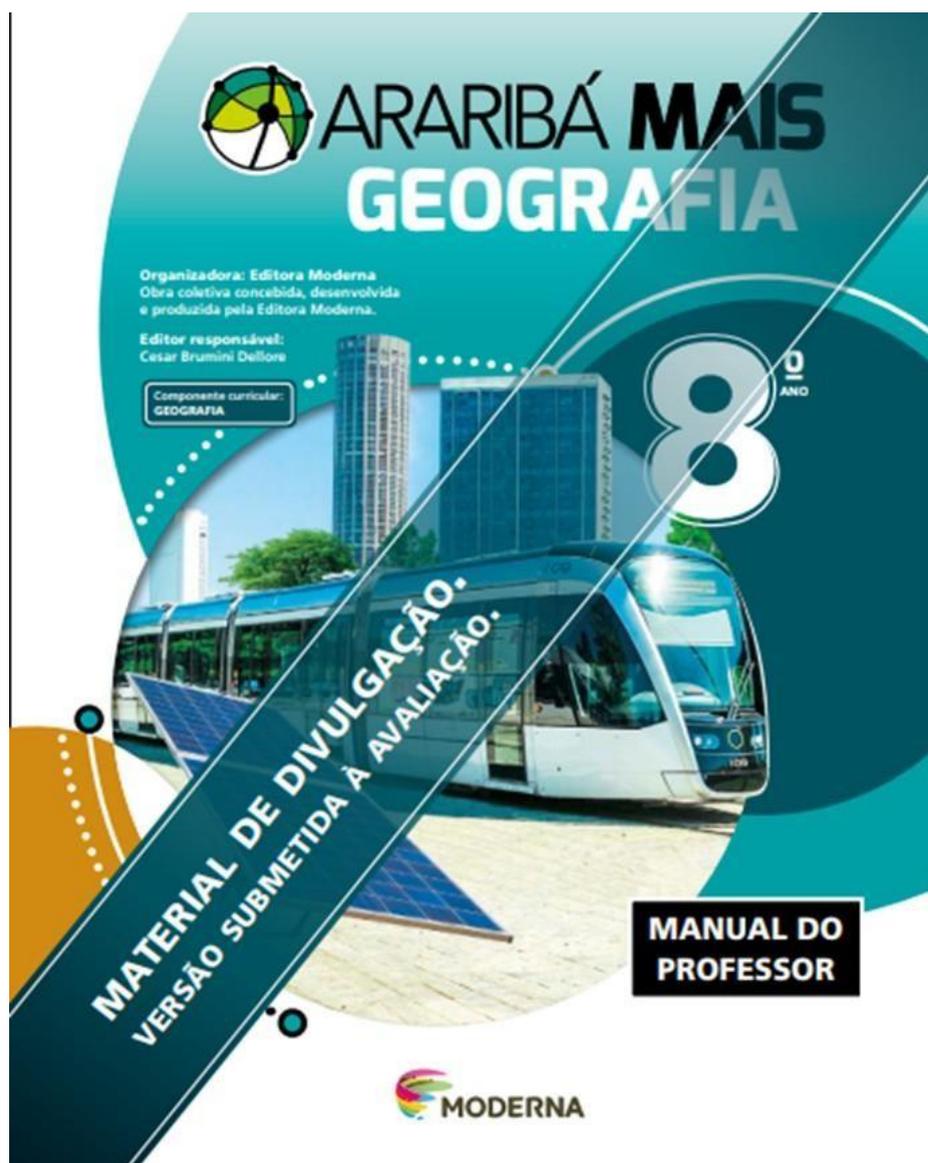
A lei 10.639/03 participa do processo de desenvolvimento do ensino e aprendizagem da Geografia, de diferentes formas: como por exemplo o processo de entendimento da formação territorial brasileira. A partir disso, é possível compreender a importância dessa lei e é perceptível uma perspectiva educacional para a efetivação da lei 10.639/03 que é embasada por diversos autores podendo citar a abordagem interdisciplinar trazida por Costa

A interdisciplinaridade é uma noção que visa reunir os conteúdos de duas ou mais disciplinas para que os alunos possam aprofundar a compreensão destes tópicos. A prática interdisciplinar visa romper com os padrões tradicionais que promovem a produção fragmentada de conhecimento, destacando semelhanças e incentivando o estudo crítico de diversas abordagens sobre o mesmo assunto. (Costa, 2021, p. 123).

Nesse sentido, como cita o autor em relação à interdisciplinaridade sendo uma ferramenta que reúne duas ou mais disciplinas na elaboração de uma aula, assim sendo, duas disciplinas que se complementam tem a funcionalidade em ser um caminho para romper com a tradicionalidade na educação. E para (FREIRE, 1993) a interdisciplinaridade é o processo metodológico de construção do conhecimento pelo sujeito com base em relação com o contexto, com a realidade, com sua cultura. Neste contexto as disciplinas de História e Geografia estão conectadas de várias formas, e a junção dessas disciplinas perpassa por diversas esferas históricas e geográficas por exemplo a história brasileira, tanto nos estudos do espaço quanto na história dentro desses espaços, a escravização dos povos provindos de África pode ser desenvolvida nas duas disciplinas, como estabelece na BNCC sobre relacionar aspectos estruturais na sociedade atual e o legado que a escravidão deixou, que como visto anteriormente promoveu estereótipos entre outros preconceitos com o povo negro no país. Em meio a isso, a Geografia como estipulado nos objetivos e habilidades da BNCC, que estabelece o estudo a respeito dos continentes Americano e Africano, sendo a ligação histórica dos continentes muito forte por conta da escravização do povo negro.

O sumário do livro *Araribá mais Geografia*, mostra o desenvolvimento dos continentes, mas a questão racial é pouco abordada nos subtópicos em que mostra de inicial a figura 6 que compreende a capa do livro e em seguida na figura 7 a primeira parte do sumário no qual aborda de inicial a questão da Geopolítica Mundial e Territorial Mundial, nas próximas figuras 8 e 9 do sumário trata do Continente Americano e nenhuma ênfase mencionando a figura do povo negro no subtópico, e na figura 10 refere-se ao Continente Africano que continua sem nenhuma menção as contribuições negras nesse território, e mesmo se tratando de continentes que historicamente, culturalmente, economicamente foram influenciados pelos povos negros, não fica em evidência os negros como um ator da formação do território. Isso, vai na contramão do que é proposto por lei que determina a obrigatoriedade da história afro-brasileira nas disciplinas e a Geografia inclui-se na interdisciplinaridade, sendo influenciada pelas Leis de nº 5.692/1971 e Lei de Diretrizes e Base de nº 9.394/1996. Ao definir a obrigatoriedade da interdisciplinaridade existe uma conexão entre as disciplinas se torna algo que Demo relata “[...] como a arte do aprofundamento com sentido de abrangência, para dar conta, ao mesmo tempo, da particularidade e da complexidade do real” (pp. 88-89). Nesse sentido, o autor revela a capacidade de abranger mais os conteúdos abordados e explorar aspectos relacionados às duas disciplinas.

Figura 6: Capa do livro didático Araribá mais Geografia da editora Moderna.



Fonte: Prints Screen livro didático Araribá mais Geografia da editora Moderna.

Figura 7: Primeira página do sumário do livro Araribá mais Geografia.

sumário	
UNIDADE I – ESPAÇO GEOGRÁFICO E GEOPOLÍTICA MUNDIAL	10
CAPÍTULO 1 – Geopolítica e relações internacionais	12
A CONFIGURAÇÃO DO MUNDO	13
O Estado	14
A nação	14
O território	14
O país	14
AS RELAÇÕES ENTRE OS PAÍSES E AS PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES MULTILATERAIS	15
Banco Mundial e FMI	15
Organização das Nações Unidas (ONU)	16
Em prática - Atuação da ONU e os recursos financeiros	17
ORGANIZAÇÕES MUNDIAIS E INTEGRAÇÃO CULTURAL	18
Atividades	19
CAPÍTULO 2 – Da ordem bipolar à geopolítica atual	21
A GUERRA FRIA	22
CONFLITOS E TENSÕES	24
Questões territoriais	25
Interesses econômicos e recursos naturais	26
Rivalidades étnico-religiosas	27
Integrar conhecimentos: Geografia e História - Conflitos atuais em escala global	28
O contexto latino-americano	30
O papel da ONU	31
Atividades	32
Ser no mundo - A relação entre os países e a política ambiental climática	34
UNIDADE II – POPULAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO MUNDIAL	36
CAPÍTULO 3 – Aspectos demográficos	38
POPULAÇÃO: CRESCIMENTO E DISTRIBUIÇÃO	39
Concentração da população nas cidades	40
Sociedades urbano-industriais e produção agropecuária	41
Em prática - Representação cartográfica de população em anamorfoses	42
PIRÂMIDES ETÁRIAS	44
Pirâmides etárias e o desenvolvimento dos países	45
Integrar conhecimentos: Geografia e Matemática - Construção de pirâmides etárias	46
Atividades	47
CAPÍTULO 4 – Migrações, refugiados e diversidade	48
UM MUNDO DIVERSO	49
A diversidade étnica e cultural	50
MIGRAÇÕES	52
Fluxos migratórios até o século XIX	52
Fluxos migratórios no fim do século XIX e no início do século XX	53
Fluxos migratórios contemporâneos	53
Lugar e cultura - Os fluxos migratórios para o Brasil	55
Conflitos e refugiados no mundo	56
Atividades	60
CAPÍTULO 5 – Diferentes formas de regionalização	61
GRANDES ÁREAS GEOCULTURAIS	62
REGIONALIZAÇÃO POR CRITÉRIOS AMBIENTAIS	63
Regiões de biodiversidade ameaçada	63
Regiões por uso dos recursos hídricos	64
Mundo em escalas - Gestão dos recursos hídricos na América Latina	65
PAÍSES DESENVOLVIDOS E PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS	66
PRIMEIRO, SEGUNDO E TERCEIRO MUNDO	67
A dissolução do Segundo Mundo	68
Integrar conhecimentos: Geografia e História - A conferência de Bandung	68
PAÍSES DO NORTE E PAÍSES DO SUL	69
Em prática - O auxílio dos Sistemas de Informações Geográficas (SIG) na regionalização	70
UM MUNDO MULTIPOLAR	71
PAÍSES RICOS E PAÍSES POBRES	72
REGIONALIZAÇÃO POR NÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO	73
Países com maior desenvolvimento	73
Países em desenvolvimento	74
Países menos desenvolvidos	76
O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	77
Novos índices de desenvolvimento humano	78
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)	80
GNI	80
OUTROS INDICADORES	81
Atividades	82
Para refletir - Quais os obstáculos encontrados pelos imigrantes haitianos no Brasil?	84

Fonte: Prints Screen livro didático Araribá mais Geografia da editora Moderna.

Figura 8: Segunda página do sumário do livro Araribá mais Geografia.

UNIDADE III – O CONTINENTE AMERICANO _____	86	CAPÍTULO 7 – População e economia _____	105
CAPÍTULO 6 – Quadro natural e regionalização _____	88	CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO _____	106
RELEVO _____	89	INDICADORES SOCIOECONÔMICOS _____	106
A ocupação do continente americano _____	90	Saúde pública _____	107
HIDROGRAFIA _____	90	Estrutura etária _____	107
CLIMA _____	91	Em prática – Comparar características de diferentes países em mapas _____	109
Rios voadores – sistemas de nuvens na Amazônia e nos Andes _____	92	Zonas de risco e de alagados nas cidades da América Latina _____	110
Mundo em escalas – Comercialização da água e conflitos na América Latina _____	93	RECURSOS NATURAIS _____	111
VEGETAÇÃO _____	94	Mundo em escalas – Proteção da Amazônia e demais Florestas Equatoriais _____	112
A REGIONALIZAÇÃO PELO CRITÉRIO GEOGRÁFICO _____	95	AGROPECUÁRIA _____	113
A REGIONALIZAÇÃO POR CRITÉRIOS HISTÓRICO, CULTURAL E SOCIOECONÔMICO _____	96	Características da produção agropecuária na América Latina _____	114
América Latina _____	96	INDÚSTRIA _____	114
América Anglo-Saxônica _____	97	Indústria e tecnologia _____	115
A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO CONTINENTE AMERICANO _____	98	Dependência e desigualdade _____	115
A conquista do continente _____	99	COMÉRCIO E SERVIÇOS _____	116
POVOS E CULTURAS DO CONTINENTE AMERICANO _____	100	CONDIÇÕES DE TRABALHO NAS GRANDES CIDADES DA AMÉRICA LATINA _____	117
Influências culturais _____	101	Atividades _____	118
Lugar e cultura – Movimentos sociais na América Latina _____	102	Ser no mundo – Imprecisões da regionalização do espaço geográfico _____	120
Atividades _____	103	UNIDADE IV – AMÉRICA DO NORTE _____	122
		CAPÍTULO 8 – Estados Unidos: território, organização do espaço e população _____	124
		RECURSOS ENERGÉTICOS _____	125
		Em busca da autossuficiência _____	126
		Questão ambiental _____	126
		POPULAÇÃO E TERRITÓRIO _____	127
		Imigração _____	128
		Questão racial _____	129
		Mundo em escalas – O movimento negro brasileiro e sua importância global _____	130
		FORMAÇÃO TERRITORIAL _____	132
		As colônias do Norte _____	132
		As grandes propriedades agrícolas do Sul _____	133
		O IMPERIALISMO _____	134
		A EXPANSÃO TERRITORIAL PARA O OESTE _____	135
		A expansão imperial _____	136
		PRESENÇA MUNDIAL _____	137
		Intervencionismo _____	137



Fonte: Prints Screen livro didático Araribá mais Geografia da editora Moderna.

Figura 9: Terceira página do sumário do livro Araribá mais Geografia.

Integrar conhecimentos: Geografia e História - Doutrina Monroe e o Big Stick: a influência econômica e militar dos Estados Unidos na América Latina _____	138	CAPÍTULO 11 – América do Sul _____	175
Poderio econômico e ascensão da China _____	140	URBANIZAÇÃO _____	176
Mundo em escalas - Investimentos chineses no Brasil _____	141	Crescimento urbano, industrialização e meio ambiente _____	177
Atividades _____	142	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO _____	178
CAPÍTULO 9 – Canadá e México _____	143	ECONOMIA _____	179
CANADÁ _____	144	RECURSOS MINERAIS E ENERGÉTICOS _____	180
Estrutura demográfica _____	144	Petróleo e gás _____	181
Imigração _____	144	Fontes renováveis de energia _____	182
Etnias e línguas _____	144	OS PROJETOS DO BRASIL PARA OS PAÍSES VIZINHOS _____	183
O movimento separatista de Quebec _____	145	Atividades _____	184
Economia do Canadá _____	146	CAPÍTULO 12 – A integração regional e o papel do Brasil _____	185
MÉXICO _____	147	ORGANISMOS DE INTEGRAÇÃO _____	186
População mexicana _____	147	Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) _____	186
Processos migratórios _____	148	Comunidade Andina _____	187
Aspectos culturais _____	149	Organização dos Estados Americanos (OEA) _____	187
Economia do México _____	150	Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) _____	187
Urbanização _____	154	Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (Alba) _____	187
Lugar e cultura – Revitalização de favelas e cultura _____	156	Mercosul – objetivos e controvérsias _____	188
Atividades _____	157	Aliança do Pacífico e Unasul _____	189
Para refletir – Qual será o perfil da população estadunidense nas próximas décadas? _____	160	Lugar e cultura – Relação cultural Brasil e China _____	190
UNIDADE V – AMÉRICA CENTRAL E AMÉRICA DO SUL _____	162	PROTAGONISMO BRASILEIRO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS _____	191
CAPÍTULO 10 – América Central: continental e insular _____	164	Relações com a Argentina _____	192
POPULAÇÃO E ASPECTOS FÍSICOS _____	165	Atividades _____	194
Condições socioeconômicas _____	166	Ser no mundo - Participação dos BRICS no cenário internacional _____	196
ECONOMIA CONTINENTAL _____	167		
Agricultura de exportação e de subsistência _____	167		
Indústria e extrativismo mineral _____	167		
ECONOMIA INSULAR _____	168		
OS CANAIS DO PANAMÁ E DA NICARÁGUA _____	169		
Integrar conhecimentos: Geografia e Ciências – Preservação das florestas tropicais da Costa Rica _____	170		
HERANÇA COLONIAL _____	171		
Realidades distintas: Haiti e Cuba _____	171		
Em prática – Mapas qualitativos _____	173		
Atividades _____	174		



Fonte: Prints Screen livro didático Araribá mais Geografia da editora Moderna.

Figura 10: Quarta página do sumário do livro Araribá mais Geografia.

UNIDADE VI – REGIÕES POLARES 198	UNIDADE VIII – POPULAÇÃO E ECONOMIA DA ÁFRICA 240
CAPÍTULO 13 – A região ártica 200	CAPÍTULO 17 – População, condições sociais e diversidade cultural 242
POPULAÇÃO E ATIVIDADES ECONÔMICAS 201	CONDIÇÕES DE VIDA NO CONTINENTE 243
Mundo em escalas – Uma nova fronteira 204	A questão da aids 244
Atividades 206	TRANSFORMAÇÕES NO CONTINENTE 245
CAPÍTULO 14 – Antártida: o continente gelado 207	DIVERSIDADE CULTURAL E RELIGIOSA 246
DISPUTAS TERRITORIAIS 208	Islamiismo 247
A ATIVIDADE CIENTÍFICA 209	Cristianismo 247
Lugar e cultura – A chegada ao Polo Sul 210	Atividades 248
EXPLORAÇÃO ECONÔMICA 212	CAPÍTULO 18 – Urbanização e economia africanas 249
Preocupação com o futuro 212	URBANIZAÇÃO NO NORTE DA ÁFRICA 250
MUDANÇA CLIMÁTICA 213	Desigualdade e pobreza 250
Em prática – Antártida e o clima da América do Sul 214	URBANIZAÇÃO NA ÁFRICA SUBSAARIANA 251
Atividades 216	Em prática – Periferias das cidades africanas 252
Para refletir – Por que a Antártida está mais suscetível à destruição da camada de ozônio? 218	AGROPECUÁRIA 253
UNIDADE VII – ÁFRICA: REGIONALIZAÇÃO E FRONTEIRAS 220	Os impactos da agricultura comercial 254
CAPÍTULO 15 – Localização, quadro natural e regionalização 222	A importância dos rios para a agricultura 255
RELEVO 223	EXTRATIVISMO MINERAL 256
Planaltos africanos 223	Mundo em escalas – Desenvolvimento urbano e o custo social 257
HIDROGRAFIA 224	A INDUSTRIALIZAÇÃO TARDIA E INCOMPLETA 258
CLIMA E VEGETAÇÃO 225	Obstáculos à industrialização 259
Clima 225	A ÁFRICA NO CENÁRIO GLOBAL 260
Vegetação 225	Integração econômica 260
Lugar e cultura – Povos nômades dos desertos africanos 227	Integrar conhecimentos: Geografia e Ciências – O extrativismo e suas consequências ambientais e sociais 261
REGIONALIZAÇÃO DA ÁFRICA 228	Crescimento das relações com a China 262
Atividades 230	Em prática – Relações culturais África-China 263
CAPÍTULO 16 – As fronteiras africanas 231	Atividades 264
O REDESENHO DO CONTINENTE 232	Para refletir – Presença chinesa na África: um novo colonialismo? 266
APARTHEID; SEGREGAÇÃO ÉTNICA 233	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 268
Conflitos no continente africano 234	
A ÁFRICA NA NOVA DIT 236	
Atividades 237	
Ser no mundo – Indústria da mineração e trabalho 238	



Fonte: Prints Screen livro didático Araribá mais Geografia da editora Moderna.

Ao examinar o sumário do livro Araribá mais Geografia, que corresponde aos continentes mencionados anteriormente, fica evidente a ausência da história afro-brasileira que é determinada pela LDB. As unidades que debatem a questão dos continentes em seus subtópicos se interligam brevemente com as relações étnico raciais, e vão em combate ao que é proposto na lei 10.639/03. No qual, a unidade 3 dialoga com o continente americano como o todo e não falar no processo de formação das américas a influência negra mais adiante nas unidades 4 e 5, em que fala dos continentes americanos norte, central e sul respectivamente, sem mencionar os processos histórico social que envolveu o negro na formação desses territórios. Nesse sentido, a aplicabilidade da lei 10.639/03 é desprezado do livro Araribá

mais Geografia, não cumprindo com o que pedi a lei, dessa forma, a aplicação da lei carece de uma fiscalização mais eficaz e se torne de forma natural o processo do ensino das relações étnico racial dentro dos conteúdos ministrados na disciplina de Geografia.

5. A experiência da Residência Pedagógica como prática da lei 10.639/2003

5.1 A prática da lei 10.639/2003 nos anos intermediários dos anos fundamentais 2 na Escola Municipal São Cristóvão

Diante da carência da aplicabilidade da lei, como foi exposto anteriormente a função da lei pode ser apresentada de diversas formas e dentro desse caminho abarca a interdisciplinaridade que não anula outra disciplina mais irá contribuir

A interdisciplinaridade não dilui as disciplinas, ao contrário, mantém sua individualidade. Mas integra as disciplinas a partir da compreensão das múltiplas causas ou fatores que intervêm sobre a realidade e trabalha todas as linguagens necessárias para a constituição de conhecimentos, comunicação e negociação de significados e registro sistemático dos resultados. BRASIL (1999, p. 89)

Além disso, a interdisciplinaridade compreende outros âmbitos além da junção de duas ou mais disciplinas, como aponta (Costa 2021). A aplicação da interdisciplinaridade como aponta o autor no qual põe a participação da escola como um agente no processo para formação do sujeito social, pois, ao unir disciplinas como Geografia e História o aluno tem uma noção das ocorrências históricas no espaço e a partir disso a compreensão social em que ele está inserido.

A partir de uma experiência desenvolvida na Residência Pedagógica financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - (CAPES) na Escola Em Tempo Integral São Cristóvão no bairro da Guabiraba zona norte do município de Recife, nos anos de 2022 a 2024, no qual foi elaborado no ano de 2023 uma intervenção para alunos dos anos finais do ensino fundamental II, no dia da Consciência Negra elaborada pelos residentes juntamente com a preceptora, com a intenção de trazer acontecimentos do dia a dia que remetem expressões com conotação racistas que são utilizadas e nem percebe-se quando mencionadas para os alunos do 8º ano o letramento racial foi caminho para a construção da aula, e para alunos do 7º ano foi preparado trabalhada a questão do colorismo para os estudantes trabalharem com as diversas cores de pele e terem a noção da pluralidade que existe no Brasil pelo processo de miscigenação ocorrido por diversos povos e raças ao longo da história.

Nessa sentido, a elaboração das aulas foram planejada pelos residentes que são compostos por 5 estudantes do curso de licenciatura em Geografia e pela professora preceptora, a construção do projeto consistiu em 5 vertentes no qual foram divididas da seguinte forma: Movimento negro: sua luta por uma educação igualitária, Temas contemporâneos transversais na BNCC, elaboração temática, aplicação e intuito da construção do projeto.

Inicialmente foi necessário, compreender o MNU e suas contribuições para a educação brasileira e a forma em que influenciou para o que presenciamos hoje, a partir dos estudos como a professora Nilma Gome Lino que trabalha a temática é referente a temática e de como o MNU se colocou na questão educacional do país.

Movimento Negro a exigir da escola uma pedagogia que tenha o objetivo de reconhecer a diversidade étnico-racial, e em virtude da política educacional brasileira não responder de maneira efetiva tem motivado o movimento a construir projetos educativos de valorização da cultura, da história e dos saberes construídos pela comunidade negra. (Gomes, 2017. p. 122).

Nessa perspectiva a autora ainda traz a questão estrutural da sociedade brasileira e de como historicamente o racismo age de forma insidiosa no Brasil.

o Brasil construiu de maneira histórica um racismo insidioso, onde se afirma por meio de sua negação, que está enraizado na estrutura da sociedade apresentando uma característica de invisibilidade, baseando-se no mito da democracia racial onde a igualdade de raças é destacada, portanto é uma falsa igualdade, pois essa democracia racial trata de uma diferença homogeneizada e inferiorizante, enraizando e naturalizando a subalternização das diferenças dos grupos étnico-raciais. (Gomes, 2017. p. 122).

De acordo com Gomes, é evidente que no Brasil o racismo é algo enraizado em diversas camadas da sociedade, e o MNU foi um movimento para romper com essa estrutura e a educação sendo uma forma para começar o processo que constitui a luta antirracista. Desse modo, a elaboração para a intervenção teve como ponto inicial o MNU para se alcançar ferramentas que corrobore com a luta antirracista como a lei 10.639/03.

A segunda vertente, consta como parte da preparação da aula, baseando-se nos Temas Contemporâneos Transversais na BNCC. A partir da leitura desse documento que pelo conselho nacional de educação que aborda as TCT's da seguinte forma:

A transversalidade orienta para a necessidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). Dentro de

uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, a transversalidade tem significado, sendo uma proposta didática que possibilita o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada. Assim, nessa abordagem, a gestão do conhecimento parte do pressuposto de que os sujeitos são agentes da arte de problematizar e interrogar, e buscam procedimentos interdisciplinares capazes de acender a chama do diálogo entre diferentes sujeitos, ciências, saberes e temas (CNE/CEB, 2010, p. 24).

Embora a interdisciplinaridade distingua-se da transdisciplinaridade elas complementam-se na busca de passar ao estudante o aprendizado do real como exposto na CNE/CNE. Nessa perspectiva, os temas transversais foram inicialmente apresentados nos PCN's em 1996, no qual ficou estabelecido as temáticas: saúde, ética, trabalho e consumo, orientação sexual, meio ambiente e pluralidade cultural. Sendo esses temas norteadores para se ter como ponto de partida e fazer com que a visão do estudante seja mais amplificada a respeito da realidade e cuidado.

Diante da transversalidade, as aulas foram construídas no contexto histórico brasileiro que mesmo sendo um território com uma pluralidade destacável o preconceito racial é conivente com o cotidiano, além disso, com a proximidade do dia da Consciência Negra a construção das aulas avançou nessa perspectiva voltada para esse dia que compreende a data para lembrar as lutas do movimento negro e pelo fim da opressão provocada pela escravização. Voltando-se, na questão das aulas os residentes responsáveis pela elaboração e aplicação, estabeleceram duas formas de trabalhar na concepção da transversalidade no qual para os alunos do 7º ano do ensino fundamental 2 o tema abordado foi o colorismo pela questão da misoginia que existe no Brasil pela sua formação e junção de vários povos, a segunda forma foi para alunos do 8º ano do ensino fundamental 2 no qual o tema apresentado foi o letramento racial que trata de expressões de conotação racista utilizadas no dia a dia e muitas vezes passam despercebidas ou até não são conhecidas dessa forma.

Os temas escolhidos, tem um fator histórico importante que são trazidos de séculos passados e se perpetuam na sociedade atual fazendo transcorrer para as novas gerações e realizando um ciclo infinito do racismo, e a proposição em trazer essas temáticas é justamente romper com esse ciclo. Visto isso, a terceira vertente consistiu na elaboração temática que trabalhou esses dois temas que hora ou outra é trazido a debates. A partir da definição, os resistentes trabalharam em cima desses assuntos e primeiro para o 7º ano, fez um apanhado de vídeos do *Youtube* para chegar a um que expressaria de forma didática a questão do colorismo, além disso, uma aula expositiva utilizando slide para ilustrar de uma

forma mais didática para os estudantes. No 8º ano, foi elaborado a partir da recomendação da preceptora para ser trabalhado o letramento racial, sendo esse o ponto de partida para a preparação, que também consistiu na construção de um slide e um prevê vídeos “como surgiu o dia da consciência negra?” como forma de introduzir o conteúdo, e contou com uma cartilha com frases e palavras de conotação racistas para serem substituídas.

Nesse sentido, a aplicação das aulas passou pelo julgamento da preceptora responsável com as temáticas escolhidas e a forma em que seria aplicado em sala de aula, partindo disso, os residentes trabalhando em conjunto com reuniões para debaterem a forma na qual seria executada da intervenção e marcada para a semana do dia 20 de novembro de 2023.

5.2 A educação antirracista como ferramenta primordial para a construção de uma nova sociedade

A aplicação das aulas se estendeu ao longo da semana no qual compreendeu o dia da Consciência Negra, como foram aulas para 3 turmas do 7º ano e 3 turmas do 8º ano, sendo uma sequência didática que Zabala (1998) explicita como a ordenação articulada das atividades seria o elemento diferenciador das metodologias, e que o primeiro aspecto característico de um método seria o tipo de ordem em que se propõem as atividades. Primeiramente, uma aula expositiva trabalhando pontos do cotidiano e relacioná-los com a respectiva temática e no segundo momento uma atividade no caso do 8º ano em que consistiu a correção de palavras que tenha conotação racista e no 7º ano um debate a respeito sobre o exposto pelos residentes. Sendo, uma experiência enriquecedora para os estudantes que corrobora com ideia de que “é preciso desconstruir a figura do aluno como um agente passivo e reprodutor das palavras do professor, mas compreendê-lo como um sujeito transformador que busca construir um conhecimento mutável no tempo e no espaço” (Silva;Muniz, 2012, p. 64). E sucessivamente, será ilustrado de qual forma que transcorreu a intervenção na Escola Municipal Em Tempo Integral São Cristóvão.

As aulas ministradas no 7º ano, contou com os 5 residentes que se dividiram na exposição da aula, com o tema de “Descobrimos nossas raízes, diversidades e identidade” em que consiste no processo de formação do Brasil por conta dos diversos povos que fazem o país ter uma diversidade, e em seguida foi dividido da seguinte forma: formação territorial do Brasil, processo de escravização (diversidade dos povos), miscigenação e violência, autoidentificação IBGE, colorismo racial e um vídeo. Nesse sentido, as aulas foram desenvolvidas em que o primeiro tópico tratou da questão história do Brasil em sua formação

com povos indígenas, negros e europeus com fazem parte dessa construção. No segundo momento, a situação triste na história mundial a escravização que negros oriundos do continente africano foram postos em circunstância de escravização no qual consistiu em grupos étnicos como: bantos, nagôs e jejes que deram origem as religiões afro-brasileira. Além disso, os povos escravizados trouxeram uma cultura muito rica com músicas, danças e culinária que se perpetua até os dias atuais. O terceiro momento, compreende a miscigenação no Brasil que ocorreu de forma violenta no qual a mulher preta foi abusada e estuprada de forma covarde por senhores de engenho e capataz. No quarto momento, exposto na aula foi a autoidentificação que abordou os pontos categorizados pelo IBGE segundo o Censo Demográfico 2022, p. 40.

- **Amarelo** se refere à pessoa que se declara de origem oriental: japonesa, chinesa, coreana.
- **Indígena** é a pessoa que se declara indígena, seja as que vivem em aldeias como as que vivem fora delas, inclusive em áreas quilombolas e em cidades.
- **Branco** é quem se declara branco e possui características físicas historicamente associadas às populações europeias.
- **Pardo** se refere a quem se declara pardo e possui miscigenação de raças com predomínio de traços negros.
- **Preto** é a pessoa que se declara preta e possui características físicas que indicam ascendência predominantemente africana.

Nesse sentido, foi demonstrado para os alunos sem classificar em sala de aula, pois, poderia haver controvérsias em relação a autoidentificação. No quinto momento, a questão do colorismo foi trazida para a classe em forma de exemplos, um deles avançou a respeito do *Big Brother Brasil 2021* (BBB21) onde existiu um debate a respeito das diversas tonalidades que podem existir. Nesse contexto, o racismo e o colorismo adentram a questão do preconceito por conta de características e o fenótipo, e isto, engloba o que Oracy Nogueira (1985) diz que no Brasil o preconceito racial é de marca e não de origem. Diante do exposto, a aula se encaminhou para o encerramento com um vídeo onde fala um pouco sobre a tonalidade da pele, e o vídeo escolhido foi “Dúdú e o lápis cor da pele” que contém a questão de todas as cores serem a cor da pele.

No 8º ano foi trabalhada outra temática, no qual a abordagem foi direcionada para o letramento racial sendo algo do cotidiano com o uso das palavras que remetem a um passado

colonial que se arrastou até os dias atuais com palavras como: esclarecer, criado-mudo, mulata entre outras. A temática tem por objetivo fazer os estudantes a terem consciência do uso das palavras e o que elas podem representar e conforme adiantado anteriormente, a aplicação desse tema passou pela sugestão da professora preceptora e a partir disso se iniciou o processo de elaboração até a aula expositiva em uma sequência didática sendo a primeira parte uma aula expositiva e outra uma atividade feita nas classes. Na primeira aula em que foi utilizado do slide e os tópicos trabalhados foram: letramento racial, colonialismo: origens históricas das expressões racista, exemplos de palavras racistas e expressões racista no cotidiano e linguagem antirracista.

Primeiramente, um vídeo explicando como surgiu a consciência negra foi passado para os estudantes como forma introdutória em seguida uma breve explicação sobre o MNU com o intuito de fazer os mesmos entenderem as lutas que existem contra o racismo. Prosseguindo, o primeiro tópico trabalhar o letramento racial sendo o ato de conjuntos e práticas pedagógicas que tem por afinidade conscientizar indivíduos da estrutura e do funcionamento do racismo na sociedade e torná-los aptos a reconhecer, além disso, foram utilizados 5 fundamentos a questão histórica da propagação do racismo, que são: reconhecimento da branquitude, o racismo não está no passado, o racismo é apreendido, vocábulo racial e interpretação de códigos racistas. Na continuidade dos tópicos tratados, o colonialismo foi abordado que refere-se ao contínuo da repressão imposta no período colonial, principalmente em relação de poder, ademais, foi trabalhada a questão de relações que envolvem esse conteúdo como as relações de poder, relações de identidade e relações sociais. Adiante, o tópico trabalhado foi exemplos de palavras ditas e falas racistas no cotidiano, para mostrar aos estudantes como é corriqueiro o uso dessas palavras no dia a dia e muitas vezes não se sabe a origem e se propaga com facilidade na sociedade e as palavras e frases trabalhadas foram: vamos esclarecer uma coisa, ela parece que nasceu com um pé na cozinha, lá vem o chefe com seu humor negro, aquele cara é muito chato acho até que ele deve ser a ovelha negra da família, amanhã é dia de branco e aquela videoconferência parecia o samba do Criolo doido, em seguida a correção dessas palavras para a forma que não traga origens colonial. Seguindo a sequência as palavras modificadas ficaram assim: tornar claro/ embraquecimento o correto seria: explicar ao invés de “ esclarecer”, “O pé na cozinha” é um reforço a discriminação. O correto é não usar, “O humor negro” deve ser substituído pelo humor ácido, “Ovelha negra” pode ser substituída por diferentão/ona, A expressão “dia de branco” deve ser usada adequadamente como dia do trabalho, O “samba do crioulo doido” é

uma expressão que reforça o racismo. Deve ser usada as palavras: confusão/bagunça.

Após essa parte expositiva os alunos trabalham uma atividade através de uma cartilha com o objetivo de os estudantes fazerem modificações a respeito das palavras postas na cartilha. Em que, primeiro foi composta pela capa (figura 11) e em seguida expressões racistas no cotidiano (figura 12) além de outra página sendo a substituição das palavras citadas na figura anterior na (figura 13) e por fim, aprendendo letramento racial na prática na (figura 14) no qual existe um espaço para o estudante preencher.

Figura 11- Capa da cartilha: letramento racial



Fonte: Autor.

Figura 12: Expressões raciais ditas no cotidiano

EXPRESSÕES RACISTAS DITAS NO COTIDIANO



Fonte: Autor.

Figura 13: Substituir as expressões racistas.

SUBSTITUIR AS EXPRESSÕES EXPOSTAS

1

“manchar”, “infamar” ou “desacreditar”

2

“A COISA NÃO ESTÁ LEGAL”
OU “A COISA ESTÁ RUIM”

3

“PESSOA É LINDA”

4

DEPRECIA O CABELO AFRO, MUITAS VEZES USADO COMO SÍMBOLO DA LUTA ANTIRRACISTA. EXISTEM DIVERSAS FORMAS E TEXTURAS DE CABELO NO MUNDO, ACONSELHAMOS NÃO CATEGORIZAR COMO BOM OU RUIM E SIM VALORIZAR AS TANTAS DIFERENÇAS QUE TEMOS E QUE ENRIQUECEM NOSSA CULTURA.

5

“OLHA COMO FALA COMIGO”

Fonte: Autor.

Figura 14: Aprendendo letramento racial na prática.

APRENDENDO LETRAMENTO RACIAL NA PRÁTICA

FORMA ERRADA	FORMA CERTA
Mulata	Parda
Inveja branca	Inveja
Lápis cor de pele	Lápis de cor
Criado-mudo	Mesa de cabeceira
Deixar claro, esclarecer ou clarificar	Explicar

Fonte: Autor.

A cartilha foi utilizada como uma atividade prática para os alunos, sendo importante para a fixação do exposto dentro de sala a partir da aula expositiva. Composto 4 figuras que demonstra de forma objetiva, sendo a primeira figura (11) a capa da cartilha, a segunda figura (12) que revela 5 expressões de cunho racista que são utilizadas no cotidiano e muitas vezes passa despercebido e dentro da sala foi comentado com os alunos a origem das palavras e

como elas carregam o peso da escravização que ocorreu no Brasil. A terceira figura (13) vai explicitar a substituição dessas palavras de cunho racista, e ao longo dessa substituição foi comentado a importância da substituição dessas palavras para a população negra. A quarta e última figura (14) traz uma parte prática que os alunos em duplas modificando as palavras, todos tiveram êxito e fez com que mesmo que minimamente a cartilha teve a intensão de realizar com que os estudantes tenham uma noção de palavras que eles ou familiares pode usar no dia a dia, sendo fundamental o letramento racial como parte de uma educação antirracista que explore pontos que são enraizados na sociedade. Nesse sentido, a elaboração e aplicação foram fundamentais para a construção de um pensamento antirracista e que faça com que cada estudante que participou da intervenção propague o que foi passada, para fazer se espalhar primeiro na escola onde cursam o ensino fundamental e conseqüentemente para seus familiares, a fim de, fazer uma sociedade em que o racismo não se reproduza.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da formação sócio territorial brasileira está atrelada ao continente africano por diversas questões aqui vivenciadas desde 1500, com a colonização do Brasil com a escravização de africanos trazidos à força nos navios negreiros em que morriam nele ou viam para o Brasil para morrer. As diferentes formas de produzir e reproduzir racismo em diferentes períodos históricos. Contudo, essa história ainda é pouco visibilizada tendo em vista os multifatores que proporcionam a marginalização do povo negro brasileiro: a classe branca dominante dos espaços de decisões estatais de acordo com Guimarães (2002) existia uma ideia de que o Brasil era uma sociedade sem linha de cor em que pessoas negras ou brancas não tinham barreiras para ascender socialmente. Além dos mais de 300 anos sendo escravizados e após a lei Aurea a marginalização do povo negro. A produção de uma educação antirracista busca elucidar aos estudantes a partir de quais violências e processos históricos fomos formados enquanto nação que Abdias Nascimento (2016) fala sobre a forma bruta que mulheres negras foram estupradas e violadas ao logo desse período da história. Quando sancionada a lei que tem por objetivo principal evidenciar a história afro-brasileira omitida há mais de 500 anos de Brasil, abordada no ensino básico ensina/pretende tratar das questões que proporcionaram a interligação Brasil com o continente africano: tanto nos processos de gentrificação brasileira como também da construção territorial do Brasil e como tudo isso culminou em uma grande influência da cultura africana no território brasileiro. A partir da lei que torna obrigatório a história afro-brasileira como parte da grade curricular da

educação básica, onde, busca-se desenvolver uma formação acadêmica dos estudantes com direcionamento antirracista e proporciona-lós tanto o conhecimento da formação sócio territorial brasileira em sua completude, como também desenvolver consciência social e o constante combate ao racismo no Brasil.

No que diz respeito ao desenvolvimento do meu olhar geográfico, o grupo de estudo Gení (Grupo de estudo sobre Geografias Negras e Indígenas) contribuiu com o aprofundamento sobre a temática das relações Étnico-raciais, sendo um grupo em que se reunimos uma vez por semana para debater textos de escritores negros que falam sobre a questão racial e de gênero foi o primeiro passo para a realização em querer trabalhar com o tema, e ao longo dos mais um ano frequentando o grupo e trocando experiências e vivências, adentrei na parte educacional por meio da lei 10.639, onde através de uma intervenção na residência pedagógica em que por meio de um formulário fui selecionado, realizada na Escola Municipal São Cristóvão no bairro da Guabiraba zona norte do Recife região periférica e com morros em sua volta. A intervenção consistiu em uma sequência didática no dia da consciência negra em que os cinco residentes elaboraram esse projeto para turmas do 7º ano e 8º ano do fundamental 2, a dinâmica em sala de aula foi produtiva na questão da metodologia aplicada e houveram trocas de experiências tanto dos residentes quanto dos alunos pelo que foi abordado o letramento racial a partir de palavras do cotidiano e também o colorismo trabalhados no 8º ano e 7º ano respectivamente. A partir disso, foi percebido a necessidade de (objetivos) e para contribuir com o pensamento antirracista, em lecionar as aulas e grupo de estudo, associei a educação as leituras sobre raça, tornando-se algo que seja voltado para uma educação antirracista e transforme pensamentos e torne o senso crítico sobre situações cotidianas relacionadas ao racismo e combata com o pensamento antirracista.

7. REFERÊNCIAS

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Ministério da Educação, Distrito Federal, Outubro de 2004.

BRASIL, Grandes Regiões. Censo Demográfico 2022. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio*. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

BRASIL. Presidência da República. *Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003* Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm Acesso em: 26/03/2024.

CAETANO, Altair; NASCIMENTO, Luciana Guimarães. As “Pedras no Caminho” da Lei 10.639/03: um panorama após oito anos de promulgação. *Revista Eletrônica de Ciências da Educação*, v. 10, n. 2, 2011.

CARDOSO, Marcos Antônio. *O movimento negro em Belo Horizonte: 1978-1998*. Mazza edições, 2002.

CORREA, Silvio M. de Souza. O negro e a historiografia brasileira. *Revista Ágora*. Santa Cruz do Sul, n. 1, 2000.

CUNHA, Lídia Nunes. *Trajetória negra na educação pública: uma abordagem histórica a partir dos anos 1920. Educação, escolarização e identidade negra-10 anos de pesquisa sobre relações raciais no PPGEUFPE*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2010.

DA COSTA, Danilo et al. Sobre a interdisciplinaridade como conceito. *Revista Coleta Científica*, v. 5, n. 9, p. 119-134, 2021.

DEMO, P. *Conhecimento moderno: sobre ética e intervenção do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1998.

DE OLIVEIRA, Dennis. **Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica**. Dandara Editora, 2021.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, p. 100-122, 2007.

DOS SANTOS, RENATO EMERSON. Ensino de geografia e currículo: questões a partir da Lei 10.639. *Terra Livre*, v. 1, n. 34, 2010.

FREIRE, P. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. *Paulo Freire: 'nós podemos reinventar o mundo'*. 1993.

FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2016.

GARCIA-RAMON, Maria Dolors. Nuevos enfoques y temáticas en la Geografía internacional de finales de siglo: una introducción. Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles, n. 9, p. 5-10, 1989.

Gomes, Nilma Lino. “O Movimento Negro No Brasil: AusêNcias, EmergêNcias e a ProduçAo Dos Saberes.” Política & sociedade (Florianópolis, Santa Catarina, Brazil) 10.18 (2011): 133–154.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Editora Vozes Limitada, 2019.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Democracia racial. Cadernos Penesb, v. 4, p. 33-60, 2002.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. Geo-grafias negras & geografias negras. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 12, n. Ed. Especi, p. 292-311, 2020.

HASENBALG, C.A. Comentários “Raça, cultura e classe na integração das sociedades.Rio de Janeiro, Dados, revista de ciências sociais. vol. 27, n.3, p. 148-149,1984.

LIMA, José Vicente. Xangô. Vol. I. Recife, PE. Divulgação do Centro de Cultura Afro-Brasileiro. Jornal do Comércio S. A. 1937.

MOACYR, Primitivo. A Instrução e as Províncias: subsídios para a História da educação no Brasil (1834-1889). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

MOACYR, Primitivo. A Instrução e as Províncias: subsídios para a história da educação no Brasil (1834-1889). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2o. volume, 1940.

NASCIMENTO, A. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. Estudos Avançados. São Paulo, v. 18, n. 50, Abril. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php>, p.209-224. Acesso em 01/05/2024.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Editora Perspectiva SA, 2016.

NOGUEIRA, Oracy. Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais. 1985.

O Clarim da Alvorada: O jornal da resistência. Gov.br, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/o-clarim-da-alvorada-o-jornal-da-resistencia>. Acesso em: 12, set de 2024.

Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Ministério da Educação.Brasília, 1999.

ROSEMBERG, Fúlvia; BAZILLI, Chirley; SILVA, Paulo Vinícius Baptista. Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. Educação e Pesquisa. São Paulo: USP, v.29, n.1, p. 125-146, jan./jun. 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a10v29n1.pdf> >. Acesso em: 9 jul. 2024.

RUSSO, Ralph Franco Mattos. Contribuições para o estudo da imagem dos negros: avanços e permanências das imagens utilizadas nos livros didáticos de história, pós implementação da lei 10.639/03. 128 f. Dissertação (Mestrado em Processos Formativos e Desigualdades Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2012. Disponível em: < <http://www.bdt.uerj.br/handle/1/9943> >. Acesso em 9 jul. 2024.

Temas contemporâneos transversais na BNCC. Contexto histórico e pressupostos pedagógicos. Ministério da Educação, 2019. Acessado no site http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf em 20 de fevereiro de 2021.

TOBIAS, José Antônio. História da Educação Brasileira. SP, Ed. Juriscredi, 1972.

TOBIAS, José Antônio. História da educação brasileira. São Paulo, Ed. Ática, 1986.

SANTOS, Joel Rufino dos. Movimento negro e crise brasileira, atrás do muro da noite: dinâmica das culturas afro-brasileiras. Brasília: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994.

SILVA, F. A. . O movimento social Frente Negra Pernambucana- 1936-1937. A história continua.. 2007

SILVA, Neide Cristina da. Resistência na Casa Grande: história e cultura afrobrasileira na educação de adultos. Dissertação de mestrado em Educação - Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2013. Disponível em:. Acesso em: 9 jul. 2024

SILVA, V.; MUNIZ, A. M. V. A Geografia escolar e os recursos didáticos: o uso das maquetes no ensino-aprendizagem da Geografia. GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeeducacionais, Fortaleza, v. 3, n 5, 2012.

ZABALA, Antoni. A Prática Educativa. Como ensinar. Tradução Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: ARTMED, 1998.